

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

MELISSA APARECIDA COSTA DE CASTRO

**COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E REGIONALIDADES:  
UM ESTUDO SOBRE A TRIBUNA LIVRE NA CÂMARA MUNICIPAL  
DE PONTE NOVA - MG**

Viçosa - MG  
Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV  
2023

MELISSA APARECIDA COSTA DE CASTRO

**COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E REGIONALIDADES:  
UM ESTUDO SOBRE A TRIBUNA LIVRE NA CÂMARA MUNICIPAL  
DE PONTE NOVA - MG**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Rennan Mafra

Viçosa - MG  
Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV  
2023



Universidade Federal de Viçosa  
Departamento de Comunicação Social  
Curso de Comunicação Social - Jornalismo

Monografia intitulada *Comunicação Organizacional E Regionalidades: Um Estudo Sobre A Tribuna Livre Na Câmara Municipal De Ponte Nova - MG*, de autoria da estudante Melissa Aparecida Costa de Castro, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Rennan Lanna Martins Mafra - Orientador  
Curso de Comunicação Social-Jornalismo da UFV

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariana Ramalho Procópio Xavier  
Curso de Comunicação Social-Jornalismo da UFV

---

Amanda Thomaz Monteiro  
Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Viçosa, 19 de dezembro de 2023.

## **AGRADECIMENTOS**

Nesse fechamento de ciclo, gostaria de agradecer a todos os envolvidos nessa etapa da minha vida. Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, por ter me dado força e discernimento para percorrer minha caminhada acadêmica e profissional. A minha família, que mesmo de longe estiveram presentes, tanto em momentos bons, como naqueles delicados. Gostaria de destacar aqui a importância de algumas mulheres: minha mãe, Patrícia; tia Luciane, tia Nana; Vó Leni; tia Eliziê; e Vó Chica: vocês foram, e sempre serão referências para mim. Aos meus avôs, Altivo e Asten, o famoso Guajaba; e ao meu irmão, Igor Robert, que em diversos momentos me ouviu e foi um colo amigo.

Dedico também essa conquista às famílias que Viçosa me proporcionou: Rosiane Ambrósio, Ana Clara e Ana Louyse. Aos meus amigos da UFV, Eduarda Dahoi, Abraão Filipe, Maria Fernanda Ruas, Lucas Zini e Mariana Ribeiro, não conseguirei citar todos, mas saibam que sou grata por tudo que me ajudaram!

Não posso deixar de citar o meu orientador acadêmico, Rennan Mafra, que esteve comigo durante a graduação, a Iniciação Científica e a elaboração deste Trabalho de Conclusão do Curso. Agradeço também a toda equipe da Associação dos Servidores Administrativos da UFV - ASAV, principalmente a Janice Furtado e Vanda Lucas; e da Câmara Municipal de Ponte Nova - MG, sobretudo para o meu supervisor de estágio, Mateus Dias. Obrigada a todos e todas, por estarem ao meu lado durante essa árdua caminhada!

Obrigada, obrigada!

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo observar como as regionalidades emergem em um espaço político-comunicacional-organizacional, a Tribuna Livre, na Câmara Municipal de Ponte Nova (CMPN). No primeiro capítulo, o trabalho analisa como esse espaço possibilita a construção de políticas *bottom-up*, estas baseadas em características e demandas daquela região. No segundo capítulo, foi observado como o Setor de Comunicação Social e Divulgação da CMPN aproveita a participação de cidadãos nesse espaço democrático. Para isso, por meio da noção de comunicação organizacional, busca analisar como a organização comunicada (Baldissera, 2009), aquela dimensão autorizada pelos gestores, reverbera a movimentação de cidadãos ponte-novenses, por meio da utilização desse espaço público - o que configura a organização comunicante (aquela resultante do encontro de ideias, de ações que mudam a ambiência comum do local). Como metodologia, foi utilizado o paradigma indiciário de José Luis Braga (2008), para que fosse possível fazer levantamentos quantitativos - que possibilitaram uma forma de ilustrar com dados a porcentagem dos resultados - e, posteriormente, análises de conteúdo - que tiveram a finalidade de categorizar as participações em alguns quesitos. Como resultados, a monografia reconhece a Tribuna Livre como um espaço comunicacional potencial à emergência de regionalidades, voltadas à construção de políticas públicas *bottom-up*, embora também identifique que a emergência de públicos que, de fato, podem influenciar a construção de tais políticas ocorre com segmentos específicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** comunicação organizacional, regionalidades, Câmara Municipal, Tribuna Livre

## **ABSTRACT**

The present work aims to observe how regionalities emerge in a political-communicational-organizational space, the Tribuna Livre, in the Municipal Council of Ponte Nova (CMPN). In the first chapter, the work analyzes how this space enables the construction of bottom-up policies, based on the characteristics and demands of that region. In the second chapter, it was observed how the Social Communication and Publicity Sector of CMPN takes advantage of the participation of citizens in this democratic space. To this end, through the notion of organizational communication, it seeks to analyze how the communicated organization (Baldissera, 2009), that dimension authorized by managers,

reverberates the movement of citizens of Ponte Nova, through the use of this public space - which configures the communicating organization (that resulting from the meeting of ideas, actions that change the common ambience of the place). As a methodology, the evidentiary paradigm of José Luis Braga (2008) was used, so that it was possible to carry out quantitative surveys - which provided a way of illustrating with data the percentage of results - and, subsequently, content analyzes - which had the purpose of categorize the participations in some aspects. As results, the monograph recognizes Tribuna Livre as a potential communication space for the emergence of regionalities, aimed at the construction of bottom-up public policies, although it also identifies that the emergence of audiences that, in fact, can influence the construction of such policies occurs with specific segments.

**KEY-WORDS:** organizational communication, regionalities, City Council, Free Tribune

## SUMÁRIO

<u>Introdução</u>	<u>8</u>
<u>Estado da arte</u>	<u>10</u>
<u>a. Comunicação e política</u>	<u>11</u>
<u>b. Comunicação e tecnologias</u>	<u>13</u>
<u>c. Comunicação histórica</u>	<u>14</u>
<u>d. Assessoria de imprensa</u>	<u>14</u>
<u>e. Relações públicas</u>	<u>15</u>
<u>f. Marketing</u>	<u>16</u>
<u>g. Comunicação e regionalidades</u>	<u>17</u>
<u>Problema de pesquisa e objetivos</u>	<u>19</u>
<u>Metodologia</u>	<u>20</u>
<u>Capítulo 1: Comunicação organizacional, emergência das regionalidades e políticas bottom-up: uma análise da Tribuna Livre da Câmara Municipal de Ponte Nova-MG</u>	<u>22</u>
<u>Fundamentação Teórica</u>	<u>24</u>
<u>a. O lugar das regionalidades na construção de políticas públicas locais</u>	<u>25</u>
<u>b. A comunicação organizacional dos legislativos municipais: latências e emergências</u>	<u>26</u>
<u>Origem dos indivíduos</u>	<u>29</u>
<u>Latências que emergiram (regionalidades)</u>	<u>29</u>
<u>Tipos de participações</u>	<u>30</u>
<u>Âmbito das participações</u>	<u>32</u>
<u>Capítulo 2: Livre manifestação de públicos, comunicação organizacional e emergência das regionalidades: uma análise de contextos comunicacionais da Câmara Municipal de Ponte Nova - Minas Gerais</u>	<u>36</u>
<u>Considerações finais</u>	<u>51</u>
<u>Referências Bibliográficas</u>	<u>54</u>

## **Introdução**

Na minha trajetória como estudante do curso de Comunicação Social - Jornalismo, interessei-me de forma gradativa a um subcampo específico da comunicação: a comunicação organizacional. Ao longo do curso, pude ter experiências diversas em estágios e contatos com disciplinas. Mas o interesse mais específico pela comunicação organizacional surgiu em 2021, ainda na pandemia, quando cursei a disciplina COM 290 - Comunicação e Organizações, no decorrer da graduação. Após isso, em 2022, fui contratada como estagiária na Câmara Municipal de Ponte Nova (CMPN) - MG<sup>1</sup>, e pude observar como as discussões realizadas na disciplina se adequavam aos contextos do meu estágio.

Neste momento, deparei-me com uma prática profissional que me permitiu associar teorias, que até então eram conceituais, ao dia-a-dia. Consegui estabelecer um objeto empírico com o qual eu trabalhava semanalmente, qual seja, os processos de comunicação que constituem as lógicas daquele poder legislativo municipal. Naquele momento, percebi que a prática profissional, atrelada aos conceitos da comunicação, pode ser muito importante no contexto do Poder Legislativo Municipal, sobretudo porque, para além de um processo de divulgação de informações que precisa ser feito, o trabalho do profissional de comunicação nesse cenário pode implicar diretamente no modo como a qualidade da participação do cidadão pode se dar naquele espaço, e contribuir com a democracia.

Neste sentido, acompanhando e desenvolvendo atividades nesse contexto, percebi que dentre as várias possibilidades de estudo que poderiam ser feitas no âmbito da Câmara, um espaço específico que merecia mais atenção: a Tribuna Livre.

A Tribuna Livre é um espaço político-comunicacional-organizacional, localizado dentro de algumas Câmaras Municipais, como na CMPN, e permite, por meio de discursos de quaisquer cidadãos - sejam eles moradores, sejam eles não moradores do Município - ou representantes de instituições e coletivos, a evidência de problemas que estão latentes<sup>2</sup> para o poder público, embora sejam vivenciados nos cotidianos de inúmeros cidadãos - além de

---

<sup>1</sup> Ponte Nova - MG surgiu em 1770 com a Capela de São Sebastião e Almas, filial da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte do Furquim, pertencente à Mariana - Minas Gerais. Anteriormente era habitado por indígenas das etnias puris e aimorés. Em 1863, foi elevado à categoria de vila com a denominação de Ponte Nova, pela Lei Provincial n.º 827, de 11-07-1857, desmembrado de Mariana. Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) a vila foi elevada à categoria de cidade em 1866. Uma lei promulgada no ano de 1883 mudou sua denominação, que foi reduzida para Ponte Nova.

<sup>2</sup> Conceito do alemão Hans Gumbrecht (2010) que o definiu, observando enquanto latência, a divisão da Alemanha em 1948, após a derrota no país na Segunda Guerra Mundial, analisando enquanto emergência, o contexto pós-guerra, de separação do país. Daí o contexto de latência e emergência. Esse conceito é central para esse trabalho e será melhor detalhado posteriormente no item 5.a deste trabalho.



possibilitar também o esclarecimento de assuntos de interesse público. Tais espaços, nesse sentido, tornam-se essenciais à construção de políticas públicas que possam ser produzidas a partir das próprias realidades vivenciadas pelos sujeitos.

Além de ser possível tomar a Tribuna Livre como um espaço comunicacional relevante à investigação no contexto das Casas Legislativas, também pode-se constatar que se trata de um espaço de dissenso, da diferença, de denúncias, de conflitos, de manifestações, de proposições e de repasses de informações, sejam elas de âmbitos coletivos e individuais, sejam de âmbitos institucionais. Nesse lugar, esse Espaço Público (Arendt, 2007) pode permitir, por esses termos, a emergência de *latências* (Gumbrecht, 2010), por meio da verbalização e da aparência de problemas que têm atravessado as experiências públicas de um determinado contexto populacional.

Na CMPN, as participações na Tribuna Livre ocorrem nas Reuniões Plenárias das quintas-feiras. As pessoas podem participar por inscrição prévia, via formulário eletrônico<sup>3</sup>, que deve constar, obrigatoriamente, nome, telefone, endereço, e-mail, órgão/entidade, tema e detalhamento do assunto (campo onde o cidadão pode esclarecer o assunto em no máximo 4.000 caracteres).

Além disso, no final desse processo, o cidadão deve atestar que está ciente com algumas exigências previstas, como o prazo de 10 minutos para a fala, e a vestimenta adequada – o que, no âmbito de nosso trabalho, pode ser enquadrando no conceito do *self pontual*<sup>4</sup> (Taylor, 1997), como elucidaremos melhor posteriormente. A instituição também disponibiliza, para aqueles que não têm acesso à internet um canal de telefone para o esclarecimento de dúvidas.

No final do processo de inscrição online, o cidadão também deve concordar e estar ciente dos incisos e o artigo nº 142 do Regimento Interno da CMPN, que define o prazo mínimo de antecedência para a participação; o número máximo de dois participantes por reunião; a periodicidade de um mês para divulgação de participações no site, que pode ter a ordem alterada, caso esse espaço seja utilizado para a comunicação de assuntos de relevância pública, por representantes de órgãos públicos, de entidades privadas sem fins lucrativos, ou por deliberação no Plenário - ou seja, por parte dos vereadores, em situações nas quais indivíduos são convocados para prestar esclarecimentos; e a republicação do cronograma em casos de desistências.

---

<sup>3</sup> <https://www.pontenova.mg.leg.br/requerimentos/requerimento-de-inscricao-para-a-tribuna-livre>

<sup>4</sup> *Self pontual*, segundo Charles Taylor, é o padrão imposto pelo mundo moderno que delimita quem terá visibilidade e espaço perante à sociedade. Esse padrão ignora as particularidades dos sujeitos, tornando-os “modelos” para que tenham relevância perante o mundo.

Sabendo disso, percebi que existem dois movimentos interessantes nesse contexto que podem ser estudados pela Comunicação. O primeiro refere-se ao gesto de olhar para o modo como a Tribuna Livre, como espaço de emergências, pode fazer com que determinados aspectos vivenciados pelos cidadãos ponte-novenses, sem ainda a percepção dos vereadores, possam aparecer e ser tratados institucionalmente, seja com o desenvolvimento de Projetos de Lei (PLs), seja na fiscalização de obras, ou mesmo na construção na capacidade democrática daquele contexto. Além disso, tive muito interesse em perceber como a Tribuna Livre era abordada pelo Setor de Comunicação Social e Divulgação da CMPN: se ocorria um estímulo à participação popular neste espaço, em quais redes sociais as participações eram divulgadas, se quando Projetos de Lei (PLs) eram resultantes de participações na Tribuna Livre os devidos créditos aos participantes eram dados.

Neste cenário, comecei a desenvolver meu projeto de pesquisa, no formato de Iniciação Científica Voluntária, que resultou na construção deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Nesse sentido, a primeira coisa feita por mim, foi procurar um arcabouço teórico que me possibilitasse uma aproximação temática que me ajudasse pensar a Tribuna Livre. Assim, a partir do reconhecimento da discussão desenvolvida no Departamento de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa (UFV) que tem o foco nas *regionalidades*, tentei aproximar minha pesquisa desse campo por tentar entender como a Tribuna Livre é um espaço em que demandas emergentes podem ser tratadas como regionalidades, e como tais regionalidades influenciam tanto nos modos como as políticas locais são feitas, quanto nas formas de comunicação da Tribuna Livre no Setor de Comunicação Social e Divulgação da CMPN.

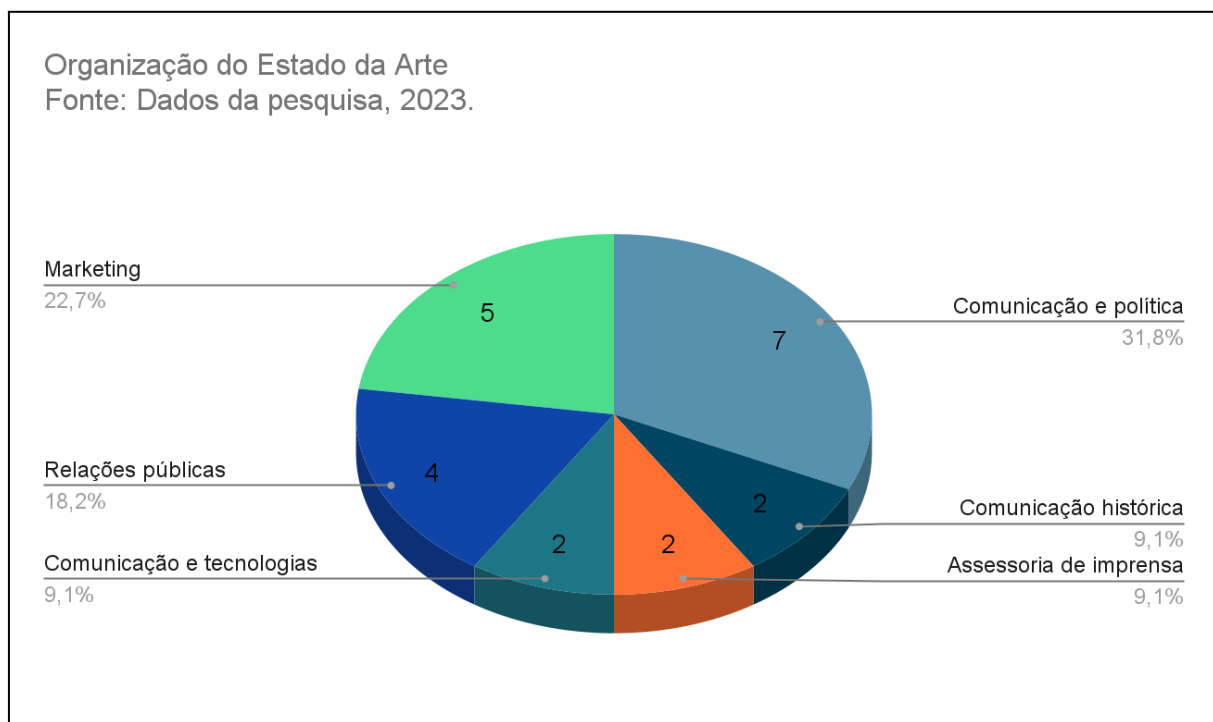
Para isso, foi realizado um Estado da Arte, apresentado no projeto de pesquisa, em que tentei procurar temas e trabalhos que pudessem me inspirar e fundamentar a construção da minha pesquisa, bem como a compreensão sobre a Tribuna Livre.

### **Estado da arte**

A verificação da potencialidade do problema de pesquisa do projeto confeccionado foi tomada a partir da realização de uma pesquisa de Estado da Arte, voltada a levantar trabalhos que possuíam temáticas afins à proposta de investigação aqui apresentada, com o intuito de mapear as comunidades científicas brasileiras interessadas tanto nos contextos dos legislativos municipais, quanto nas discussões conceituais que atravessam nossa pesquisa, sobretudo com foco na comunicação organizacional.

Para isso, tal pesquisa foi realizada em duas plataformas de busca de trabalhos científicos recentes - do período de 2005 a 2022: Periódicos Capes e Google Acadêmico. Como será visto adiante, tal período foi definido pela própria busca - o ano inicial corresponde ao período em que está datado o trabalho mais antigo, enquanto o ano final diz respeito ao momento da última publicação encontrada. Em tais plataformas, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: *comunicação* e *câmaras municipais*. O período de busca consistiu entre os dias dois de maio e oito de junho de 2023.

Em linhas gerais, com as palavras-chave definidas e nosso esforço de aproximação com o material pesquisado, foram encontradas 22 pesquisas nos referidos portais. Dentre os trabalhos pesquisados, foi possível observar diferentes eixos da comunicação em Câmaras Municipais do Brasil e do exterior, então divididos nas seguintes categorias: comunicação e política; comunicação e tecnologias; comunicação histórica; assessoria de imprensa; relações públicas e marketing. Tais categorias, ao integralizarem os 22 trabalhos encontrados, podem ser subdivididas quantitativamente conforme gráfico a seguir:



A descrição qualitativa de tais trabalhos pode ser verificada a partir dos tópicos seguintes.

### **a. Comunicação e política**

Por se tratar de um objeto empírico de natureza política, a maioria das pesquisas analisadas dissertam por essa perspectiva. Pedroso (2006) observa qual a influência de cargos comissionados nas narrativas e na imagem da Câmara Municipal de Porto Alegre - RS e quais problemáticas influenciam o órgão. Já o estudo de Bernardes (2011) vê a influência e a disputa de sentidos entre Deputados e comunicadores da Câmara dos Deputados.

Ribeiro (2010) traz a perspectiva de um trabalhador de uma casa legislativa, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Em sua análise, ele observa técnicas desenvolvidas por Câmaras de Minas Gerais, que contribuem para a disseminação de informações para a população, de acordo com o IDH do local, por meio da transparência de informações e da realização de atividades da Escola do Legislativo (Setor que compõe algumas Câmaras de Minas e é responsável por propor palestras e realizar atividades para a população). Em sua tese, ele ainda salienta que as Tribunais Livres são locais de potências para análises futuras.

A criação de um espaço público online pela Câmara Municipal de Covilhã, localizada em Portugal, foi analisada por Cunha (2014). A tese defende que os eventos online possibilitam um contato entre o poder público e a população por meio da internet. Um trabalho em perspectiva semelhante é observado na pesquisa de Fernandes (2017), que problematiza a forma com que a Câmara de Santa Comba Dão, também situada em Portugal, lidou com a crise que surgiu após os incêndios de 2017, considerados os mais fatais da história do país, indicando como a população poderia pedir ajuda, sendo o espaço da Câmara um ambiente central, naquele contexto, junto ao fornecimento público de informações sobre tal crise.

Menezes e Ribeiro (2007) evidenciam e observam como a Câmara Municipal de Montes Claros - MG lidou com uma enorme crise em 2006, período em que metade dos parlamentares foi presa e o caso ganhou repercussão nacional. A equipe do órgão melhorou a comunicação interna, realizou cursos para servidores, capacitou-os e após isso se aproximou da população com programas que mostram o dia a dia do legislativo.

Medeiros (2021) analisa como a Câmara de Uberlândia - MG se comunica pelas redes sociais, quais narrativas foram implantadas, os recursos midiáticos adotados e a perspectiva dos cidadãos. Em seu estudo, conclui que tais processos comunicativos contribuem para a precarização do exercício da cidadania, pois obteve como resultado uma falta de aplicabilidade do preceito comunicativo de utilidade pública e de transparência do processo legislativo.

Como pudemos ver, nesta primeira categoria, os relevantes trabalhos encontrados problematizam a comunicação como instância de verificação de fenômenos políticos que atravessam as Câmaras Municipais. Com relação a isso, é interessante observar as conclusões de Ribeiro (2010) que evidencia o quanto as Tribunas Livres são espaços pertinentes a serem estudados, dada a sua potencialidade no desvendamento de fenômenos que atravessam as dinâmicas comunicacionais dos legislativos municipais. Sendo assim, este trabalho de conclusão de curso se filia, de algum modo, à recomendação de Ribeiro (2010); entretanto, busca lançar mão de outros conjuntos conceituais para dar conta de apreender comunicacionalmente o fenômeno da Tribuna Livre.

### **b. Comunicação e tecnologias**

O conjunto de pesquisas encontradas que analisam a comunicação no ambiente tecnológico de Câmaras Municipais e Poderes Legislativos aglutina duas teses. Noveck (2019) explana sobre um conceito chamado *crowdlaw*, que são ferramentas que diversos países utilizam para aumentar a participação popular, por meio do engajamento democrático. A autora define uma forma de incluir a população nas etapas legislativas. O *crowdlaw* é o processo que inclui as etapas: identificação do problema ou solução, elaboração de proposições por diferentes públicos, implementação e avaliação da aplicação da Lei.

Novick (2019) cita diversos exemplos, com metodologias diferentes, de países que se arriscaram a conseguir um aumento na participação popular nos trâmites Legislativos: Erasmus Dashboard, desenvolvido em Nova York; Active Citizens, criado pelo parlamento mais antigo do mundo, a Islândia; Rahvakogu, na Estônia; LegislativoLab, Marrocos; Wiki, Estados Unidos; MindLab, Dinamarca; Transgov, Gana; Evaluacion de La Ley, Chile; e Projeto Controladoria na Escola, desenvolvido em solo brasileiro, na capital do país, Brasília. Nesse sentido, o aumento na participação popular nos trâmites legislativos, que não incluem apenas criar leis, como avaliá-las, aprimorá-las e fiscalizá-las, é uma problemática comum a diversos países do mundo.

Trazendo para o âmbito brasileiro de inovações tecnológicas que contribuem para o fortalecimento da participação popular, Farias e Damasceno (2021) propuseram um estudo no qual os autores analisaram como as redes sociais da Câmara Municipal de Itapevi, município paulista, têm potencial para o “letramento político”, ou seja, para a alfabetização política.

Foi possível constatar que a comunicação e a tecnologia são conceitos que avançam paralelamente, devido ao fluxo de informações obtido por meios tecnológicos, como rádios, televisores e smartphones. E que é possível, como Novick (2019) citou, adaptar a realidade

local para observar e propor formas da população contribuir com o Poder Legislativo. Entretanto, nesse trabalho de conclusão de curso, pretendemos compreender a tecnologia não a partir de um recorte ou de um fenômeno específico; mas como dado que constitui a realidade das Tribunas Livres, seja em seus processos de constituição da aparência pública de sujeitos, seja nas práticas de comunicação institucional, desempenhadas no contexto do legislativo. O mais importante desses estudos é que eles evidenciam o quanto o uso dessas tecnologias acaba por revelar formas de interação entre os legislativos municipais e os próprios contextos locais, na perspectiva das regionalidades (conforme abordaremos a seguir).

### **c. Comunicação histórica**

Como dito anteriormente, os avanços tecnológicos podem ser observados pela perspectiva comunicacional. Desta forma, também é possível observar os fenômenos comunicacionais na perspectiva histórica, qual seja, num gesto que busca compreender como processos comunicativos se desenvolveram com as mudanças históricas.

A comunicação em Câmaras em momentos históricos foi observada por duas pesquisas, de modo que ambas realizaram investigações sobre o século XVIII. Moura (2015) analisa como ocorreu a comunicação entre Câmaras neste período, por meio da análise de ofícios trocados entre elas, momento no qual foi possível observar o fluxo e o teor das correspondências.

Souza (2016), por sua vez, observa os discursos das Câmaras Municipais de “cuidados” com “menores” de idade no Império Brasileiro. Neste momento, os indivíduos considerados ainda não preparados para a vida civil - crianças e adolescentes - eram vistos por duas perspectivas: como seres frágeis, e, ao mesmo tempo, como sujeitos que necessitavam de “disciplina” e controle.

Tais estudos nos auxiliam a compreender elementos de um contexto interacional mais amplo, em meio ao qual a própria comunicação organizacional faz parte. Nesse sentido, é possível perceber que os processos comunicativos que atravessam os legislativos municipais evidenciam marcas sociais, culturais e simbólicas de um determinado tempo-espço, junto ao qual emergem demandas, inconsistências, possibilidades e limites, negociados com os modos pelos quais sujeitos e instituições interagem.

### **d. Assessoria de imprensa**

A assessoria de imprensa é uma aplicação de comunicação que surgiu com o jornalista estadunidense Yve Lee, em 1906, quando o comunicador utilizava técnicas para melhorar a

opinião pública e reverter crises de clientes. Desta forma, atualmente, empresas, órgãos públicos e personalidades utilizam desse ramo para manterem suas imagens perante a constantes atualizações do sujeito que, diferente do público-alvo, emite opiniões (Baldissera, 2017) - que podem atravessar e atualizar as organizações, de acordo com pautas em alta.

Sabendo que a assessoria é fundamental para as organizações, esta também foi encontrada e dividida em um grupo de estudos realizados. A influência dos conteúdos midiáticos das Câmaras de Braga e de Viana do Castelo, cidades portuguesas, foi observada por Costa (2005). A tese analisa a repercussão que os meios de comunicação locais dão às notícias veiculadas pelas Casas Legislativas em redes próprias ou em laudas dos produtos jornalísticos.

Figuroa e Silva (2019) analisaram como a assessoria da Câmara de Bauru - SP se comunica nas redes sociais, destacando os pontos positivos e negativos, de modo que, em seguida, propuseram uma intervenção, objetivando aumentar a divulgação da TV e da Rádio Câmara Bauru no Instagram e no Facebook.

Foi possível observar que avaliar a comunicação, por meio da assessoria de imprensa em Câmaras Municipais, é essencial para o aprimoramento do diálogo do poder público com as mídias regionais. Entretanto, não se evidenciou nenhum tipo de trabalho que pudesse considerar a assessoria de imprensa em meio às emergências de espaços como o da Tribuna Livre, gesto este que, de algum modo, este trabalho de conclusão de curso pretende atender.

#### **e. Relações públicas**

As relações públicas são práticas profissionais voltadas a desenvolver processos estratégicos de relacionamento entre instituições e públicos. Nesse item, percebemos que existem quatro trabalhos que tratam sobre melhorias nas relações públicas em Poderes Legislativos. Essas análises também são de suma importância para a construção de estudos de instâncias comunicacionais que permeiam o legislativo.

Melhorias no atendimento ao público no balcão da Câmara Municipal de Faro, na Loja do Cidadão, em Faro (Portugal), foram propostas por Barão, Baleiro e Pereira (2017). As autoras criaram um guia do colaborador, de forma a instruir os servidores públicos a melhorarem o atendimento à população.

Oliveira e Simões (2022) observaram a credibilidade da comunicação de órgãos públicos legislativos, por meio da assessoria de Covilhã, cidade portuguesa. O recorte histórico utilizado pelos autores foi a pandemia da Covid-19. Eles investigaram, por meio de

análise de conteúdo de entrevistas realizadas com gestores e cidadãos, como a Câmara de Covilhã estava prestando o serviço público em relação à pandemia.

Lima (2013) analisou como a Câmara de Póvoa de Varzim, Portugal, contribuiu para avanços socioculturais por meio da promoção de eventos, como o Correntes d'Escritas, Encontro de Escritores de Expressão Ibérica, em meio aos quais propõe-se a constituição de um local de discussão sobre a literatura e os autores ibéricos.

A forma por meio da qual os jornais locais enxergam a comunicação da Câmara de Proença-a-Nova, uma vila portuguesa, e como essa instituição trabalha para manter uma imagem sólida perante aos meios comunicacionais, foi analisada por Alves (2020).

Nos estudos anteriores, os autores observaram como as relações públicas entre os cidadãos e os agentes públicos podem ocorrer de forma otimizada. Podemos perceber que, apesar da importância de tais trabalhos, voltada a destacar uma atividade relevante no contexto das Câmaras (as relações públicas), tais estudos não problematizam as lógicas organizacionais que existem independente das relações públicas, no contexto das Casas Legislativas - movimento que este projeto trabalho de conclusão de curso pretende executar.

#### **f. Marketing**

Identificamos que existe um rol de trabalhos, sobretudo na coleção portuguesa, que tenta problematizar as discussões relacionadas ao marketing nos contextos das Câmaras. Isso nos traz estranheza, sobretudo porque o marketing é um tipo de conhecimento voltado para o mercado, e quando pensamos em contextos de comunicação de legislativos municipais, causam-nos surpresa perceber pesquisadores tentando compreender as lógicas públicas como produtos ou serviços ligados a empresas privadas.

Problemas na comunicação interna de Celorico de Basto, uma vila portuguesa, que poderiam ser sanados com um manual de identidade visual para comunicação externa, por meio do fortalecimento da comunicação interna, foram analisados por Cunha (2021). Enquanto um estudo de caso e análise de briefing e do público da Câmara de Ribamar Fiquene - Maranhão - foi feito por Nogueira (2022).

Ribeiro (2022) avaliou como a Câmara de Lisboa, Portugal, agiu em âmbitos municipais para informar os munícipes sobre a crise climática, para a população contribuir para que o país cumprisse o Pacto Ecológico Europeu, divulgando trabalhos sociais que incentivam as pessoas a participarem e “humanizam a comunicação”. Peres (2019) observou como a Câmara de Passo Fundo - Rio Grande do Sul se comunica em suas redes sociais.

A forma a partir da qual a Câmara Municipal de Lisboa, Portugal, contribui com a



imagem da cidade para atração turística, conceituando uma marca-cidade, levando os órgãos públicos para uma lógica ainda mais mercadológica, foi observada por Faneca (2018).

Apesar da relevância desses trabalhos, percebemos o quanto a discussão de marketing pode ser delicada nos contextos de Câmaras Municipais, em que a cidadania pode ser construída muito baseada em uma lógica clientelista. Para a conclusão geral desse item do estado da arte, gesto este que se mostra como contribuição relevante aos estudos da comunicação em Câmaras Municipais, pudemos observar que um único objeto de estudo, às Casas Legislativas Municipais, pode ser avaliado por diversas perspectivas comunicacionais, que se complementam e caracterizam o local complexo dos legislativos municipais.

Além disso, observamos que mesmo existindo uma gama de pesquisas comunicacionais de Poderes Legislativos, nenhum trabalho abordou o contexto da comunicação organizacional. Ainda cabe ressaltar que o objeto empírico dessa análise - a Tribuna Livre - espaço que propicia a emergência das latências, foi citado em apenas uma pesquisa (Ribeiro, 2010), gesto este que nos demonstra a relevância no investimento deste trabalho de conclusão de curso.

#### **g. Comunicação e regionalidades**

Por fim, além desses seis aspectos encontrados, a relação entre a comunicação e as regionalidades também foi observada pela metodologia do estado da arte e nos mesmos periódicos citados no início deste item. Utilizando a pesquisa dos termos: *regionalidade e comunicação*, encontramos duas análises.

Trevisol e Barros (2012) citaram a regionalidade para mostrar como ocorrem disputas de sentidos em critérios de noticiabilidade, de forma vertical, do programa “Estúdio Santa Catarina”, da RBS TV, afiliada da rede Globo. Eles evidenciaram que esse processo atinge primeiramente o nível mundial em relação à nacionalidade. Após isso, da nacionalidade para regionalidade, e essa por sua vez se sobressai a nível local. Os autores problematizam o quanto a localidade é um espaço de subjetividades socioculturais e defendem uma gestão horizontal das notícias.

Observando as regionalidades, pela perspectiva comunicacional e organizacional, Mourão e Mafra (2023) analisam como as tecnologias, e conseqüentemente, a comunicação, foram atualizadas após, e durante, a pandemia da Covid-19. Eles observam que a evolução tecnológica, bem como os cuidados com a doença, fizeram surgir recortes da regionalidade e possibilitaram que as pessoas pudessem reivindicar seus direitos, se informarem e se comunicarem. Contudo, os autores também evidenciam que esse fenômeno possibilitou a

emergência de inúmeros problemas demarcados pela desigualdade social, tornando-se uma potência para a resistência perante a universalização.

Podemos concluir que observar a comunicação em Câmaras Municipais, pela perspectiva analítica comunicacional das regionalidades, é algo pertinente, que pode possibilitar a emergência das regionalidades, por uma compreensão de como esse Espaço Público pode ser utilizado para o encontro de diferenças, provocando tensões que podem resultar em melhorias ou em construções de políticas públicas. Além disso, regionalidades, como categorias de ação, podem possibilitar um aumento na participação popular nos processos legislativos municipais, com o fomento à emergência e ao fortalecimento de um espaço público, intensificado pelo âmbito comunicacional da Tribuna Livre.

Procuramos reconhecer esse fenômeno e compreender o quanto as regionalidades, numa perspectiva comunicacional, podem emergir enquanto categorias relevantes para a problematização dos processos de comunicação organizacional dos legislativos municipais, a partir do recorte empírico da Tribuna Livre.

### **Problema de pesquisa e objetivos**

A partir da compreensão do Estado da Arte, procurei desenvolver a construção do problema de pesquisa. Por perceber que existe uma potencialidade nesse contexto, nas reuniões de orientação chegamos à seguinte pergunta: *Como a Tribuna Livre, nos espaços comunicacionais de Câmaras Legislativas Municipais, se configura como um espaço potencial de emergência de regionalidades e de estímulo à participação de cidadãos?*

Sabendo disso, o objetivo geral aqui proposto é investigar como a Tribuna Livre, a partir do contexto da Câmara Municipal de Ponte Nova, pode se configurar, comunicacionalmente, enquanto um espaço potencial para a emergência de regionalidades e de estímulo à participação de cidadãos.

Como objetivos específicos, buscamos: (I) observar como a Tribuna Livre possibilita a construção de políticas *bottom-up*, baseadas em características e demandas daquela região; (II) e analisar como o Setor de Comunicação Social e Divulgação da CMPN mobiliza a participação de cidadãos em um espaço político-comunicacional-organizacional, que é a Tribuna Livre, fenômeno de pesquisa central deste trabalho.

## **Metodologia**

A metodologia utilizada se baseia em uma pesquisa qualitativa, no nível tático, ou seja, que utiliza de indicadores e interpretações, por meio da abordagem material, bem como de técnicas de observação e obtenção de dados (Braga, 2016); e de caráter interpretativo, baseada no paradigma indiciário de José Luiz Braga (2008), por meio da observação participante.

Tendo em vista que o problema proposto foi observado pela percepção que buscamos sobre a Tribuna Livre, torna-se relevante considerar tal aspecto proposto por Braga (2008, p. 78): “o que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente”.

Para isso, indícios foram coletados e organizados em observações participantes que foram obtidas ao longo dos anos de 2022 e 2023, período de duração do estágio obrigatório para a conclusão do curso de Comunicação Social - Jornalismo, da Universidade Federal de Viçosa, realizado na CMPN. E, a partir disso, foram feitos levantamentos quantitativos - que possibilitaram uma forma de ilustrar com dados a porcentagem dos resultados - e, posteriormente, análises de conteúdo - que tiveram a finalidade de categorizar as participações em alguns quesitos, como será desenvolvido posteriormente.

Como material empírico, a pesquisa desenvolveu uma análise de contextos comunicacionais da CMPN. Estes foram divididos a partir de três categorias: I) leis, normas e regimentos, produzidos institucionalmente após participações na TL; II) o âmbito da própria assessoria de imprensa e; III) as redes sociais da assessoria de comunicação da Câmara como espaço de reverberação das emergências das regionalidades no contexto da TL. Os contextos comunicacionais analisados podem ser compreendidos a partir da figura a seguir: .

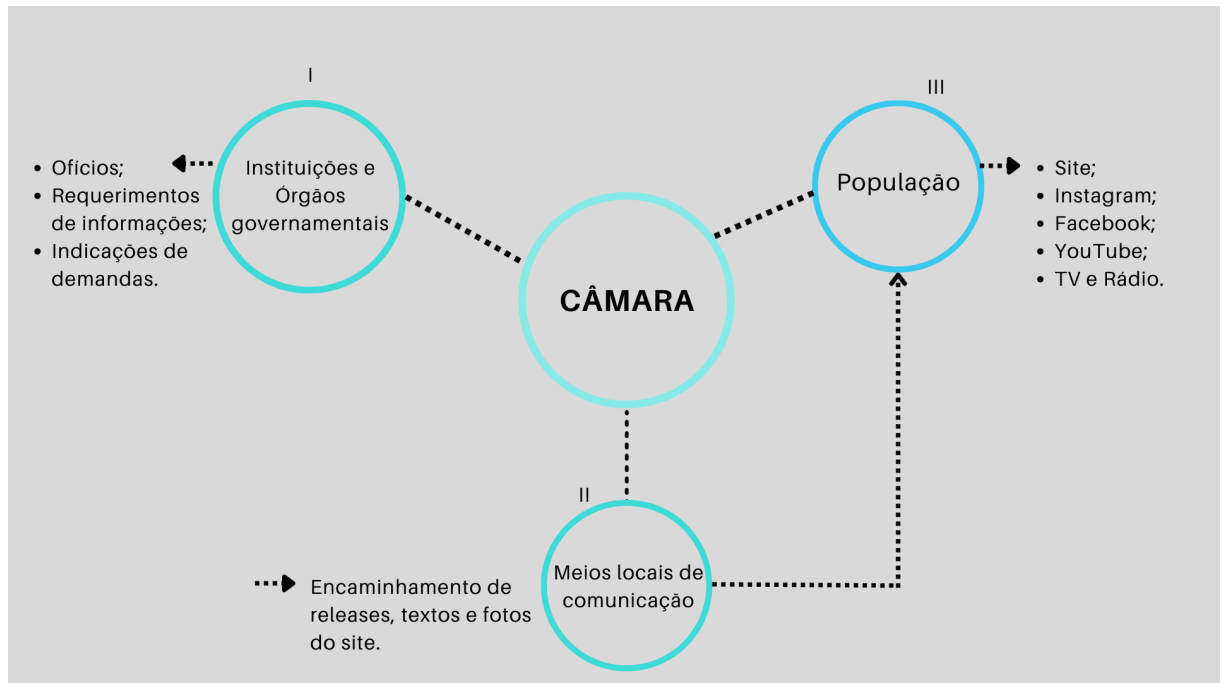


Figura 1: Contextos comunicacionais da CMPN; Fonte: Construção da Pesquisa, 2023.

Neste sentido, as análises e discussões de nosso trabalho se organizam nos próximos dois capítulos: o primeiro, que corresponde ao objetivo específico 1, busca compreender como a Tribuna Livre possibilita a construção de políticas *bottom-up*, baseadas em características e demandas daquela região, a partir do que emergiu naquele espaço. Enquanto o segundo capítulo, correspondente ao objetivo específico 2, visa analisar como o Setor de Comunicação Social e Divulgação da CMPN aproveita a participação de cidadãos na Tribuna Livre.

## **Capítulo 1: Comunicação organizacional, emergência das regionalidades e políticas *bottom-up*: uma análise da Tribuna Livre da Câmara Municipal de Ponte Nova-MG**

### RESUMO:

O presente capítulo tem como objetivo observar como a Tribuna Livre, um espaço político-comunicacional-organizacional da Câmara Municipal de Ponte Nova - Minas Gerais (CMPN), possibilita a construção de políticas *bottom-up*, baseadas em características e demandas daquela região. Para isso, fundamenta-se teoricamente nas discussões sobre o poder legislativo, as regionalidades e a comunicação organizacional. Como horizonte empírico, o trabalho buscou analisar as participações de cidadãos na Tribuna Livre, no período entre fevereiro de 2022 e maio de 2023, categorizando-as a partir dos seguintes aspectos: a origem do participante; o conteúdo que emergiu - aqui ancorado na noção de regionalidades; o tipo e o âmbito da participação. De antemão, pudemos concluir que a maioria das participações foram do âmbito coletivo/institucional, para solicitações e esclarecimentos, sobre infraestrutura e prestação de serviços públicos. Destas participações, a maior parte delas foram de membros da Sociedade Civil Organizada (SCO). Entretanto, apesar de ainda haver a necessidade de aprimoramento dos processos participativos, a Tribuna Livre se apresenta como um espaço comunicacional potencial à emergência de regionalidades, apresentadas como demandas a construção de políticas públicas locais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação organizacional; regionalidades; Câmara Municipal; Tribuna Livre.

A comunicação organizacional pode ser compreendida como o conjunto de relações comunicacionais que ocorrem junto aos contextos organizacionais (Baldissera, 2009). Nas Câmaras Municipais, a comunicação emerge, dentre outras motivações, por meio das falas autorizadas, estas que se apresentam tanto a partir da manifestação formal de seus membros, quanto também por manifestações publicitárias ou noticiosas repassadas pelos setores gestores da comunicação sobre os fatos institucionais que ocorreram e que sejam de interesse público. Entretanto, a comunicação organizacional não se esgota no âmbito de sua dimensão formal: como aponta Baldissera (2009), a partir de seu conceito de organização comunicante, é possível observar a emergência de um espaço em que se encontram públicos e gestores, em meio ao qual é possível verificar disputas de sentidos e atualizações, no instante em que “alguém estabelecer relação direta com a organização” (Baldissera, 2009, p. 116).

A partir disso, é possível perceber que a Tribuna Livre se apresenta como um dos espaços possíveis, nos contextos organizacionais das Câmaras de municípios do interior de Minas Gerais (MG), como em Ponte Nova - MG, localizada na Zona da Mata Mineira, ambiente este que será analisado a seguir, em que disputas de sentido emergem, apresentando-se como um dos locais de observação mais apropriados para apreender o encontro entre o que emerge espontaneamente dos públicos e as falas oficiais. Dentre inúmeras possibilidades, trata-se de ambiência em meio à qual problemas, desafios e dilemas vivenciados pelos sujeitos em suas realidades locais podem emergir, muitos dos quais em estado de latência (Gumbrecht, 2010), como será visto no item da Fundamentação Teórica. É nesse sentido que a Tribuna Livre permite que tanto cidadãos comuns quanto representantes de coletivos, denominados aqui como Sociedade Civil Organizada (SCO), e demais instituições participem das Reuniões Plenárias e exponham esclarecimentos e opiniões, bem como possam apresentar denúncias e sugestões sobre assuntos que atravessam o espaço das Câmaras, ou que são de responsabilidade dos parlamentares.

Quanto a isso, é importante destacar o quanto o espaço da Tribuna Livre se apresenta como âmbito de um potencial democrático indiscutível. Nesse lugar, é preciso apontar o quanto a democracia é um regime que utopicamente necessita de políticas *bottom-up*, ou seja, que surgem por meio da construção coletiva entre a população e os legisladores (Najberg, 2006). Porém, proposições de leis e normas também podem acontecer de forma vertical, *top-down* - ou seja, a partir dos próprios parlamentares (Najberg, 2006).

Sabendo disso, é possível observar que os espaços comunicacionais da Tribuna Livre, no contexto organizacional da CMPN, podem promover, a partir da emergência de problemas, uma tensão entre perspectivas sociais e culturais, gesto este que pode acarretar uma abertura de possibilidades para melhoria na execução e na eficiência de políticas públicas, a partir da aparência/visibilidade (Arendt, 2007) das subjetividades que estão sendo afetadas por problemas então latentes (Gumbrecht, 2010) na perspectiva dos parlamentares municipais.

Desta forma, é importante considerarmos um aspecto instigante a ser problematizado: a partir da instituição das sociedades modernas, é possível admitirmos a premissa de que questões propositivas realizadas por figuras públicas, profissionais e participantes que possuem formação especializada ou que representam a SOC – como coletivos ou alguma das instituições modernas, Estado, Mercado e Ciência (Mafra, 2021) – tendem a possuir uma articulação intelectual adequada ao *self pontual* (Taylor, 1997), qual seja, ao padrão imposto pelas instituições para que as pessoas tenham relevância para a sociedade. Contudo, os espaços das Tribunas Livres também se encontram abertos a quaisquer sujeitos que desejam

se manifestar, a partir de suas linguagens e formas expressivas. De tal sorte, seja a partir de falas especializadas, seja a partir da aparência de sujeitos comuns, a Tribuna Livre tende a se apresentar como *locus* de conexão entre as demandas existentes nos raios locais de atuação das Câmaras - quais seja, a partir de suas regionalidades - e os espaços formais dos legislativos, oferecendo-se como potencial concreto à ampliação de formas de justiça e de encaminhamento a demandas coletivas, muitas das quais latentes e não percebidas, de partida, pelas próprias Casas Legislativas.

Sendo assim, a partir deste último aspecto apresentado, a presente seção busca compreender, em linhas gerais, como os espaços comunicacionais se apresentam como contextos organizacionais centrais, no âmbito das Câmaras Municipais, à compreensão de regionalidades que atravessam as experiências dos cidadãos, contribuindo para o rompimento de latências - conceito do intelectual alemão Hans Ulrich Gumbrecht (2010) - possibilitando, com isso, a criação de políticas *bottom-up*. Neste lugar, essa pesquisa aposta que os processos comunicativos entre as instituições modernas e os sujeitos, ainda que atravessados por inúmeras contradições, podem fortalecer o exercício da cidadania e o regime democrático, por meio do Poder Legislativo Municipal.

### **Fundamentação Teórica**

Os Poderes Legislativos Municipais são compostos por vereadores e servidores, em Câmaras Municipais. Esse órgão é responsável por fiscalizar e controlar as medidas tomadas pelo poder Executivo, a Prefeitura, e pelas instituições da administração indireta, como autarquias. Além disso, é seu dever propor Projetos de Leis do Legislativo e analisar, discutir e propor melhorias para Projetos de Leis do Executivo.

Dentro de algumas Câmaras Municipais do interior de Minas Gerais, como na CMPN, existe o espaço da Tribuna Livre que permite, por meio de discursos de cidadãos ou representantes de instituições e coletivos, a evidência de problemas que estão disseminados na sociedade - além de possibilitar também o esclarecimento de assuntos de interesse público. Tais espaços, nesse sentido, tornam-se essenciais à construção de políticas públicas que possam ser produzidas a partir das próprias realidades vivenciadas pelos sujeitos.

A partir disso, o diálogo entre a população e os legisladores é importante tanto para a construção de políticas *bottom-up*, que surgem através da construção coletiva entre a população e os legisladores, quanto para o fortalecimento da democracia, e possibilita uma atualização do conceito de cidadania, que nos últimos séculos vem sendo confundido com o



clientelismo, este que tende a fazer “de nossas instituições políticas meras prestadoras de favor” (Ferreira, 2017).

Por isso, podemos perceber que os legislativos municipais possuem um contexto comunicacional que têm potencialidade para a construção de políticas *bottom-up*, por meio das possibilidades de emergência de um Espaço Público, este que seja aberto a acolher diferenças e a criar um local que possibilite um ponto em comum entre os legisladores e a população. Em última análise, o resultado democrático de tal processo se dirige à construção de um novo e possível mundo comum (Arendt, 2007), entre os sujeitos e as instituições, nos contextos de uma contemporaneidade afetada por inúmeros desafios e tensões.<sup>5</sup> Nesse sentido, um elemento torna-se chave à construção de tais políticas: as regionalidades, como será abordado no subtópico seguinte.

#### **a. O lugar das regionalidades na construção de políticas públicas locais**

Todos os indivíduos estão inseridos no contexto da globalização, fenômeno este que resulta e pressupõe a perda de identidades regionais e a linearização das culturas e ações (Oliva *et al*, 2007). Neste lugar, regionalidades emergem como identidades (Mafra *et. al*, 2023), a partir de modos como grupos sociais procuram reconhecimento internacional, num complexo contexto de lugar, em meio ao qual a noção de desenvolvimento, baseada em crenças neoliberais, faz emergir territórios centrais e periféricos. Sendo assim, a região passa, portanto, a ser entendida como apropriação simbólica de uma porção de espaço pelas pessoas que nele habitam e contribui para a constituição de uma identidade (Oliva *et al*, 2007).

O termo identidade pode ser analisado por perspectivas transdisciplinares, e propriamente comunicacionais, observando que cada local possui uma própria, que foi construída de acordo com respectivos contextos históricos, políticos, sociais e culturais, desta forma resultando na construção da memória. Stuart Hall (2006) afirma que a “noção de identidade é construída por perspectivas histórico-geográficas”. Com relação a isto, pela abordagem normativa definida por Haesbaert (2010), a região pode ser analisada pelo instrumento de ação caracterizado por perspectivas identitárias.

---

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que a Câmara não executa as demandas do município, ela legisla sobre leis, estas que, por sua vez, regulamentam as ações e os recursos necessários para sanar problemas da população. Por isso, pensar na política *bottom-up* é gesto que deve levar em consideração o fato de que os cidadãos e os legisladores podem até propor medidas; contudo as mesmas somente serão efetivadas se feitas pelo Poder Executivo Municipal. É nesse sentido que a relação entre os poderes pressupõe também a dimensão de fiscalização, sobretudo do Legislativo, em relação às ações propostas - movimento este que torna fundamental a produção de políticas públicas que sejam democráticas, justas e legítimas.

Uma das formas possíveis de se fortalecer a democracia é por meio da valorização e da pesquisa das regionalidades, podendo utilizar como ferramenta as subjetividades, transformando-as em combustíveis de potência social e cultural, pois a regionalidade possui três dimensões: cognitiva, afetiva e conativa (Gil *et al.*, 2013). A primeira diz respeito a fronteiras, culturas e organizações; a segunda está relacionada com o afeto que um povo tem quanto a um local; e a terceira é a participação das organizações nas regiões. Com isso, há uma grande problemática quanto à regionalidade, pois essa consciência coletiva (Gil *et al.*, 2013) é diretamente atingida pelos objetivos da globalização, que por meio de *clusters*<sup>6</sup> e grandes organizações, geram poder econômico/financeiro, político e cultural.

Sabendo disso, a regionalidade pode ser entendida como um conceito sensível que enxerga as diferentes identidades como combustível para a força e a emancipação popular brasileira. Pois, não é possível retirar um território de um mundo globalizado (Oliva *et al.*, 2007). Desta forma, emancipar e manter as características importantes para as regionalidades brasileiras é trabalhar a cultura subjetiva dos povos, evitando a manipulação do presente, futuro e passado.

Por isso, entender as regionalidades brasileiras é extremamente essencial à gestão pública, de forma a possibilitar aparecimentos de características locais que devem ser trabalhados para atender demandas de saúde, infraestrutura, educação, políticas, históricas e proporcionar não apenas o desenvolvimento capitalista. A partir disso, é possível compreender como as regionalidades, tomadas enquanto categorias fundantes na construção de políticas públicas locais, emergem como elementos centrais junto aos processos comunicacionais que constituem os contextos organizacionais das Câmaras, questão que será abordada a seguir.

#### **b. A comunicação organizacional dos legislativos municipais: latências e emergências**

A comunicação organizacional não é apenas uma ferramenta, ela é um processo responsável por revelar e compreender os contextos organizacionais, em última análise. Numa perspectiva da complexidade, conforme propõe Baldissera (2009), a comunicação é um processo de disputa de sentidos, a partir do qual é possível observar os ditos, como algo é comunicado, para quem é falado e o que não é verbalizado. Para além disso, também evidencia o que emerge e o que fica latente, tanto do ponto de vista de falas oficiais, quanto do ponto de vista dos públicos.

Nesse sentido, Baldissera (2009) define a comunicação organizacional como um

---

<sup>6</sup> Conjunto de empresas/empresários/investidores que são aglutinadas.

processo que pode ser compreendido a partir de três dimensões: a organização comunicada, a organização comunicante e a organização falada. No Poder Legislativo municipal, essas dimensões organizacionais-comunicacionais ocorrem nas redes sociais com o repasse de informações por meio de pautas que aconteceram no âmbito institucional, o recebimento e a aprovação de Projetos de Lei, os encaminhamentos de Requerimentos e as Indicações de informações e soluções de problemas e procedimentos internos comuns, previstos no processo legislativo, pela organização comunicada. Nesse cenário, a organização comunicada ocorre com a inserção dos materiais no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, no qual é possível encontrar Projetos de Lei, Requerimentos e Ofícios encaminhados a outros órgãos públicos, ou seja, ocorre a comunicação formal entre instituições; e com o repasse de notícias às mídias locais.

A organização falada, que é composta por processos informais indiretos, pode ser considerada no âmbito legislativo municipal como a repercussão dos assuntos por influenciadores e meios de comunicação oficiais do município, ou mesmo em contextos informais de conversação entre cidadãos.

Já a organização comunicante no Poder Legislativo Municipal - o espaço que possibilita a comunicação entre sujeitos, a disputa de sentidos e as atualizações - pode ser encontrada na Tribuna Livre na CMPN, local o qual os cidadãos podem utilizar para expor denúncias, solicitações, apresentações e proposições.

Desta forma, é possível perceber que ocorre um processo de latência e emergência de problemas, em um ambiente público-comunicacional-organizacional, localizado na CMPN, denominado Tribuna Livre, que possui grande potencial para a construção coletiva da democracia, por meio da disputa de sentidos. Estes que por sua vez evidenciam problemas presentes nos contextos dos cidadãos que estavam latentes, baseados no conceito de Gumbrecht (2010), Silva e Mafra (2020) definem esse conceito como:

Uma latência pode ser facilmente compreendida como “algo que não passou” e que se mostra presente nos sentimentos que se referenciam frente a um processo histórico marcado por impossibilidades, violências institucionais e impedimento à emergência de diferenças. (Silva; Mafra; p. 280, 2020).

Nesse sentido, visualizando a comunicação como um fenômeno que permite a emergência de latências, é possível entender o quanto as regionalidades se apresentam como categorias que podem ser respaldadas pelos sistemas comunicativos organizacionais, de forma a se apresentarem como elementos-chave à produção de políticas públicas *bottom-up*. Nesse lugar, percebemos que as Câmaras Municipais podem utilizar a reverberação das informações que apareceram por narrativas de cidadãos que utilizaram a Tribuna Livre, exercendo a participação popular, para fortalecer a memória e a realidade local, propor e reforçar discussões sobre temas que permeiam a população e, assim, possibilitar o encontro das diferenças entre legisladores e munícipes.

De tal sorte, tomar as regionalidades na perspectiva do contexto globalizado, no qual se transforma em um lugar de diferenças sociais, históricas, identitárias, de direitos, é um gesto que pode contribuir com a percepção das organizações locais e públicas das demandas que estão latentes e são relacionadas com o contexto histórico.

Desta forma, as Câmaras Municipais podem utilizar de características identitárias resultantes do processo comunicativo das regionalidades, por meio do aparecimento de diferenças, que estavam latentes, nas Tribunas Livres, por meio de participações populares, para legislar de acordo com as particularidades locais. Nesse gesto, as regionalidades, nos contextos da comunicação organizacional, podem contribuir com o fortalecimento de um Espaço Público (Arendt, 2007), que proporciona dinâmicas para a reformulação de opiniões, e a possibilidade de conhecimento dos legisladores e representantes do Estado, de problemas que permeiam a população. Dito por outras palavras, a comunicação se apresenta como âmbito central para a construção de políticas públicas locais pautadas na regionalidade e não apenas como uma ferramenta que repassa informações para a sociedade.

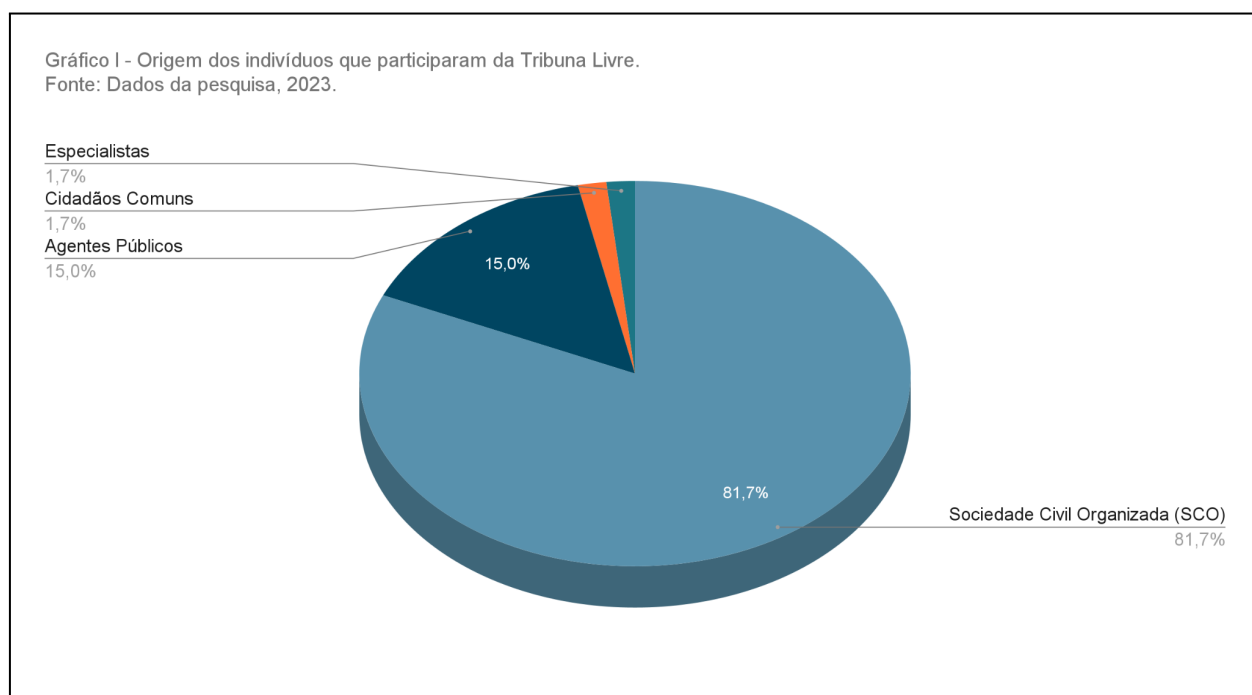
Com o intuito de ampliar o horizonte teórico aqui proposto, apresentamos, a seguir, a primeira etapa da pesquisa realizada neste trabalho, no contexto da Tribuna Livre da CMPN. Os dados foram coletados entre os meses de fevereiro de 2022 e maio de 2023, e buscaram, em linhas gerais, observar como se dá a emergência de demandas ligadas às regionalidades nos contextos comunicacionais da Tribuna Livre<sup>7</sup>. Em linhas gerais, buscamos compreender tal emergência a partir da categorização das participações dos sujeitos, levando em conta os seguintes aspectos: a origem do participante; o conteúdo que emergiu - aqui ancorado na noção de regionalidades; o tipo; e o âmbito da participação.

---

<sup>7</sup> Foram analisadas 60 participações. Estas que ocorrem semanalmente, quanto existem participantes. No entanto, no período analisado foi realizado o programa Câmara Itinerante, que leva a Reunião Plenária para as ruas, por isso, quanto a Câmara se aproxima da população os cidadãos participam mais. Neste dia ocorreram 14 participações.

## Origem dos indivíduos

A origem dos indivíduos que participaram da Tribuna Livre foi classificada em quatro categorias: cidadãos comuns<sup>8</sup>; Sociedade Civil Organizada (SCO)<sup>9</sup>, composta por associações de bairro, movimentos sociais, cidadãos que estavam reivindicando soluções para problemas públicos, que aqui estamos denominando de latências sociais; especialistas<sup>10</sup>; e agentes públicos, representantes do Estado<sup>11</sup>, como ilustrado no gráfico I.



## Latências que emergiram (regionalidades)

O conteúdo das latências expostas pelos cidadãos, aqui considerados como as regionalidades emergentes nesse espaço público, foi categorizado por: infraestrutura - que engloba problemas no trânsito, nas próprias vias, manutenções e limpeza -, iluminação pública<sup>12</sup>; prestação de serviços públicos<sup>13</sup>; saúde<sup>14</sup>; cultura<sup>15</sup>; direitos trabalhistas<sup>16</sup>;

<sup>8</sup> [Cidadão fala sobre doença rara de criança pontenovense na Tribuna Livre](#)

<sup>9</sup> [Presidente da ALEPON comparece à Câmara e fala sobre demandas da instituição](#)

<sup>10</sup> [Urologista destaca importância do diagnóstico precoce do câncer de próstata](#)

<sup>11</sup> [Secretário de Obras presta esclarecimentos sobre qualidade dos serviços](#)

<sup>12</sup> [Cidadã cobra por esclarecimentos sobre o transporte público na Tribuna Livre](#)

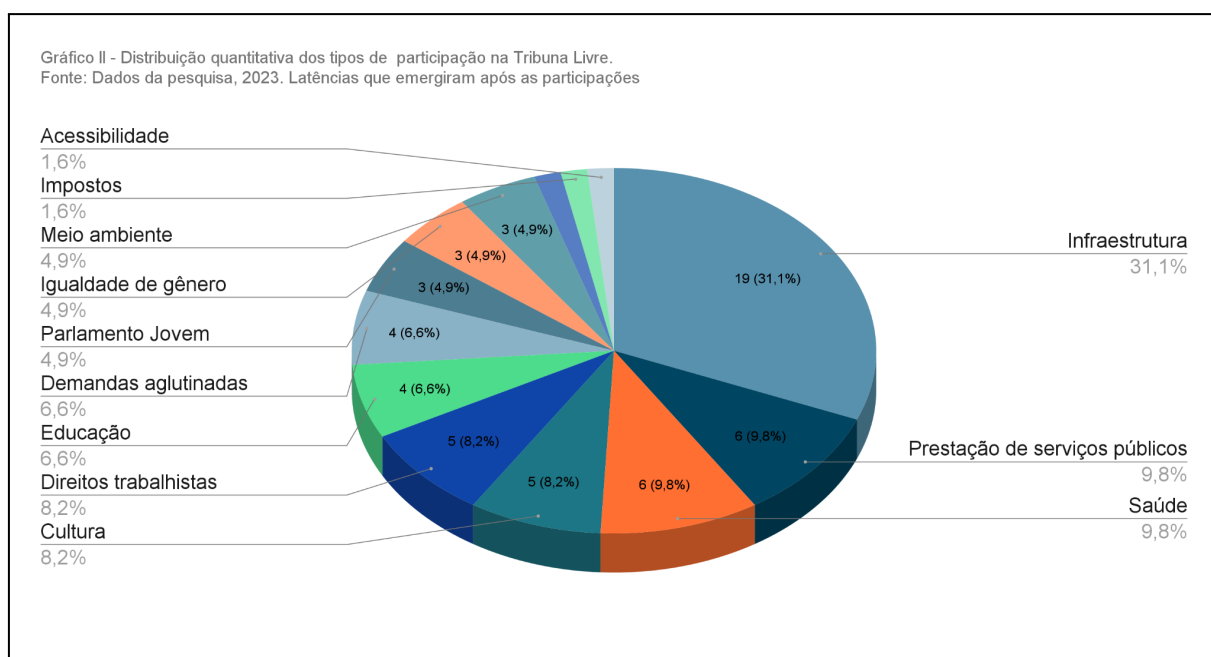
<sup>13</sup> [Tribuna Livre: chefe do Demutran esclarece dúvidas sobre transporte público](#)

<sup>14</sup> [Nefrologista esclarece detalhes sobre doenças renais na Tribuna Livre](#)

<sup>15</sup> [Revista com história de fazendas antigas de PN é apresentada na Câmara](#)

<sup>16</sup> [Professores ocupam o plenário da Câmara na luta por melhorias em piso salarial e plano de carreira](#)

educação<sup>17</sup>; Parlamento Jovem<sup>18</sup>; igualdade de gênero<sup>19</sup>; meio ambiente<sup>20</sup>; militar<sup>21</sup>; impostos<sup>22</sup>; e demandas aglutinadas<sup>23</sup> (participações que abordaram mais de um item como educação, saúde, infraestrutura e segurança pública), como demonstra o gráfico II. De acordo com a identidade regional, é preciso reforçar que as latências aqui evidenciadas foram consideradas regionalidades, ou seja, problemas característicos identitários e históricos de Ponte Nova.



### Tipos de participações

As participações foram classificadas a partir da seguinte tipologia: a) solicitações; b) críticas e denúncias; c) esclarecimentos; d) proposições; e) agradecimentos; f) apresentação e solicitação de apoio; e g) apresentação e proposição, como ilustrado no gráfico III. . Tais categorias, ainda que possam supostamente ser aglutinadas (como solicitação de apoio e solicitações), mostram-se distintas na motivação do cidadão que a apresentou.

<sup>17</sup> [Equipe do IFMG chega a semifinal de competição e apresenta projeto na Câmara](#)

<sup>18</sup> [Câmara lança Parlamento Jovem 2023 com recorde de escolas participantes](#)

<sup>19</sup> [Grupo de apoio a vítimas de violência e portadores de HIV é tema de Tribuna Livre](#)

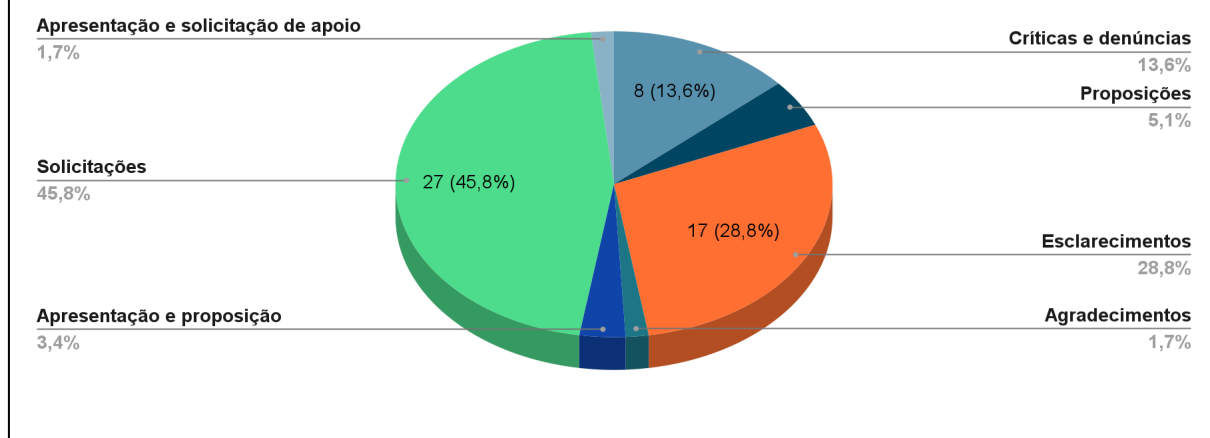
<sup>20</sup> [Engenheiro detalha na Tribuna Livre projeto que altera áreas edificáveis em PN](#)

<sup>21</sup> [Comandante da Agência Nacional da Guarda Mirim pede apoio para atividades em PN](#)

<sup>22</sup> [Cidadão utiliza Tribuna Livre para questionar tarifas cobradas pelo Dmaes](#)

<sup>23</sup> [Na Tribuna Livre, cidadão fala sobre problemas recorrentes no município](#)

Gráfico III - Distribuição quantitativa dos tipos de participação na Tribuna Livre.  
Fonte: Dados da pesquisa, 2023.



De forma a elucidar como foi feita essa categorização, iremos exemplificar cada uma das participações citadas anteriormente. O morador do bairro Vila Oliveira, Gustavo Henrique Batista de Paula, usou a [Tribuna Livre](#) na Reunião Ordinária do dia 12 de maio de 2023 para reivindicar melhorias para a região, desta forma o cidadão utilizou este espaço para solicitar que as demandas do seu bairro fossem atendidas. Enquanto as condições das vias de Ponte Nova foram criticadas pela cidadã Tereza Cristina de Freitas Moreira, que participou da [Tribuna Livre](#) da Reunião Plenária do dia 10 de novembro de 2022. Ela também desaprovou o que considera ser falta de planejamento das obras de recapeamento no município. Evidenciando assim uma crítica quanto à gestão estrutural do Município.

Para prestar esclarecimentos, este espaço foi utilizado majoritariamente por agentes públicos para esclarecer informações aos vereadores. Iremos citar aqui a participação na [Tribuna Livre](#) do então secretário municipal de Obras, Luiz Henrique Borges, no dia 1 de dezembro de 2022, para prestar esclarecimentos sobre os serviços prestados em Ponte Nova e o funcionamento da Usina de Asfalto.

Para propor a aplicação do programa “Chame a Frida”, um instrumento de combate à violência contra a mulher, o deputado estadual Marquinho Lemos (PT) e pela escrivã da Polícia Civil da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher de Manhuaçu - MG, Ana Rosa utilizaram a [Tribuna Livre](#) no dia 24 de abril de 2023.

Das 60 participações observadas, apenas uma foi para realizar agradecimentos. O delegado regional da Polícia Civil, Carlos Roberto Souza da Silva, utilizou a [Tribuna Livre](#) durante a Câmara Itinerante, realizada no dia 4 de junho de 2022, para agradecer a realização

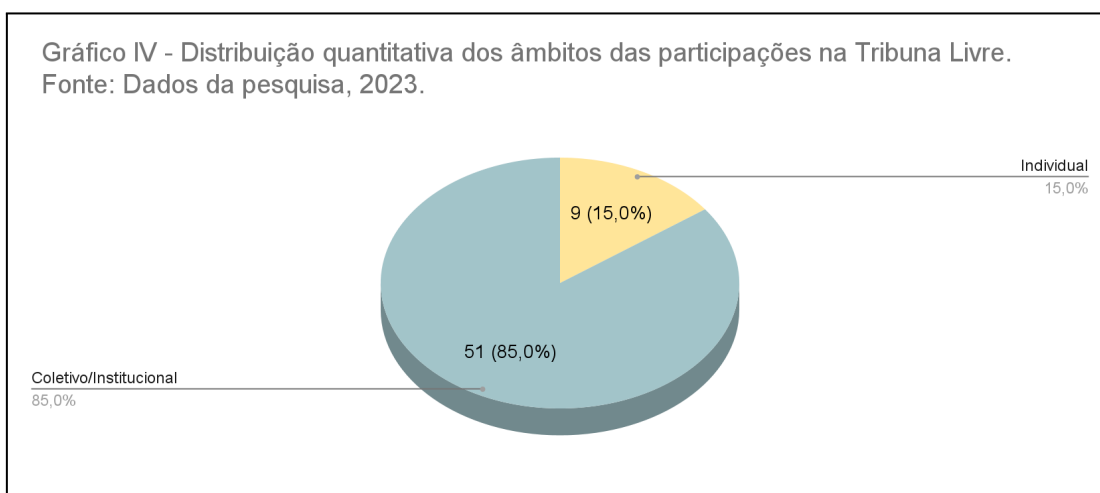
da Reunião Plenária em praça pública e lembrou de suas aulas de história, onde os professores falavam de democracia.

Para apresentar e pedir apoio ao Programa Jovem Aprendiz Militar, o comandante da Agência Nacional da Guarda Mirim, Valdir Carvalho da Silva, utilizou a [Tribuna Livre](#) na Reunião Plenária do dia 16 de novembro de 2022.

O diretor do Núcleo de Preservação Ferroviária de Ponte Nova (Ferropon), José Alfredo Padovani, utilizou a [Tribuna Livre](#) no dia 29 de setembro de 2022 para falar sobre o funcionamento e os objetivos da entidade. Na ocasião ele propôs um Projeto de Lei sobre a memória ferroviária, este que será esclarecido posteriormente.

### Âmbito das participações

O âmbito das participações foi categorizado de acordo com a demanda que surgiu pela verbalização das latências. Este foi dividido em dois: coletivos/institucionais e individuais, conforme consta no gráfico IV.

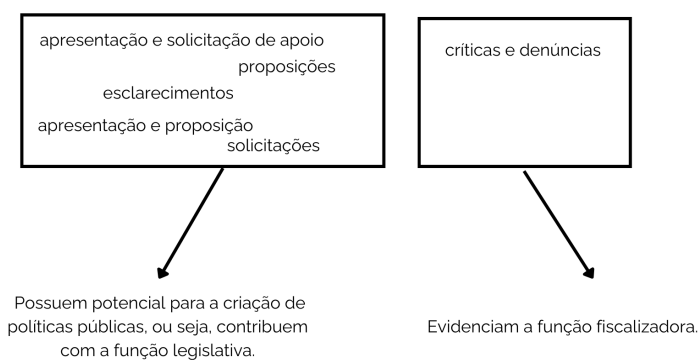


No capítulo 1 foi possível observar que 85% das participações nesse período foram do âmbito coletivo/institucional (Gráfico IV). Enquanto 45,8% são solicitações e 28,8% esclarecimentos (Gráfico III), sobre infraestrutura (31,1%) e prestação de serviços públicos (9,8%) (Gráfico II). Ainda foi possível constatar que 81,7% dos participantes são membros da SCO e 15% são agentes públicos.



Além disso, também é possível considerar que as participações das categorias: solicitações, esclarecimentos e proposições<sup>24</sup> possuem potencial para a criação de políticas públicas, por meio da atividade legislativa de Câmaras Municipais. De modo mais específico, duas dessas participações da categoria apresentação e proposição<sup>25</sup>, de um âmbito coletivo, resultaram na criação de um Projeto de Lei, evidenciando o papel legislador desse órgão. Estas que serão observadas de forma mais profunda no capítulo 2.

Denúncias e críticas evidenciam o poder fiscalizador desse órgão (Como observado na imagem a seguir)<sup>26</sup>, movimento pelo qual necessitaria de outros tipos de análises para ser explicado, que pode ser analisado em pesquisas futuras.



agradecimentos

Todavia cabe ressaltar que apenas 6 Indicações de solicitações foram encaminhadas ao Executivo, de forma a atender as demandas expostas pelos cidadãos. Estas que ocorreram em ambas categorias, sendo uma delas uma Indicação coletiva de 16 problemas expostos na Câmara Itinerante<sup>27</sup>. Desta forma, de 60 participações, foram encaminhadas 21 Indicações e 2 se tornaram Projetos de Lei e, após sancionadas pelo Prefeito, Leis Municipais, como exemplificado no gráfico V.

<sup>24</sup> [Preservação da memória ferroviária de Ponte Nova é tema de Tribuna Livre](#)

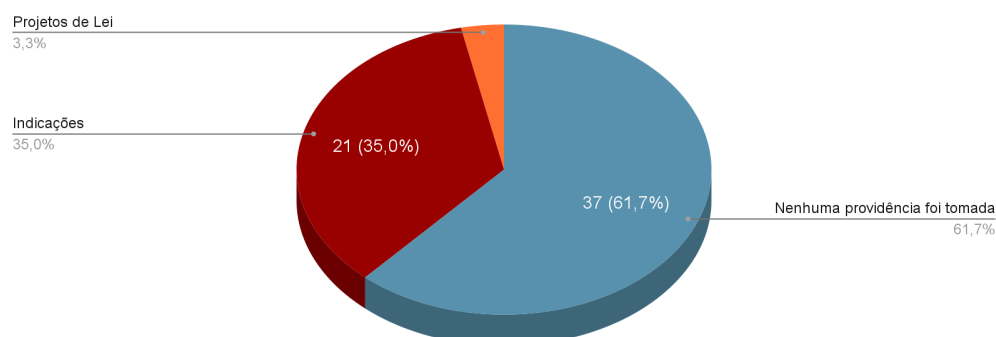
<sup>25</sup> [Representante do Movimento Diversidade LGBTQIAP+ participa da Tribuna Livre](#)

<sup>26</sup> Os agradecimentos foram inseridos à título de mostrar que ocorreram. No entanto não evidenciaram nenhuma função do Poder Legislativo.

<sup>27</sup> As providências tomadas pelos vereadores com o aparecimento das demandas, por meio das participações nesse Espaço Público, para sanar os problemas ali evidenciados foram acessadas pelo Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (Sapl), no qual foi utilizada a palavra-chave Tribuna Livre em pesquisas de Requerimentos, Indicações e Projetos de Lei, possibilitando a observação da forma de aproveitamento da participação desses indivíduos.

Gráfico V - Distribuição quantitativa das providências tomadas após as participações na Tribuna Livre.

Fonte: dados da pesquisa, 2023.



Contudo, para observar a efetividade dessas participações, no sentido da eficiência da participação para o atendimento das demandas expostas, seria necessário analisar por outras perspectivas como: administração pública, ciências sociais, históricas e educacionais, para analisar as barreiras institucionais, sociais e culturais; a falta de conhecimento e conscientização; e a ausência de incentivos para a participação popular.

Desta forma foi possível apontar a natureza; os objetivos dos comparecimentos; o que está emergindo nesse Espaço Público, as regionalidades; o que está latente, as políticas públicas; providências tomadas por parte dos vereadores de acordo com o surgimento de demandas, para que possibilite a criação de políticas *bottom-up*, pautadas em problemas característicos daquela região que podem ser solucionados com ações específicas e pontuais; ou em outras situações, nas quais esse mecanismo pode utilizar-se de atributos locais para o respaldo da memória e da identidade histórica, por meio da geração de renda.

Além disso, foi possível observar que as questões propositivas foram realizadas por participantes que possuem formação especializada, e que representam a Sociedade Organizada Civil (SCO), como coletivos ou alguma das instituições modernas, Estado, Mercado e Ciência (Mafra, 2021), possuíam uma articulação intelectual adequada ao *self pontual* (Taylor, 1997).

Existe algo curioso nos dados coletados, qual seja: a participação de especialistas e representantes da SCO, movimento este que demonstra na prática uma das atribuições do Estado, o respaldo de alguns direitos previstos na Constituição Federal, a informação e a educação. Estas participações resultam em mais atenção por parte dos vereadores, no sentido de aproveitamento. Como ocorreu quando a CMPN aderiu a campanha “saúde dos rins &

exame de creatinina para todos”<sup>28</sup> e após isso um nefrologista esclareceu detalhes sobre doenças renais<sup>29</sup>; no dia 23 de março de 2023; ou quando a Tribuna Livre recebeu o extensionista agropecuário Emater, Luciano Saraiva Gonçalves Souza<sup>30</sup>, e eles discutiram pontos a serem melhorados no PL que prevê como o incentivo ao plantio de goiaba, previsto na Lei nº 4.646/2022, PL esse que também foi citado na fala da responsável pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Comunicação (SEMCTC), Fernanda de Magalhães Ribeiro, também durante participação na Tribuna Livre..

Para finalizar, cabe ressaltar que “política pública é tudo aquilo que os governos decidem fazer ou não fazer” (DYE, 1972, p. 1). Sabendo disso, o Poder Legislativo de Ponte Nova realiza aquilo que é de sua competência, fiscalizar e propor projetos de leis de acordo com os problemas que permeiam a população, incluindo também proposições, solicitações e denúncias. Destaca-se que apenas serão efetivas as proposições por meio da participação quando o Poder Executivo de fato cumprir com as legislações vigentes, observando assim a comunicação como ferramenta essencial para a construção de políticas *bottom-up* e a democracia.

Nesse sentido, cabe-nos agora compreender como outros espaços comunicacionais da CMPN reverberam as participações de cidadãos na Tribuna Livre. Tal compreensão mostra-se essencial para o entendimento do espaço comunicacional-organizacional da Câmara, também afetado, na contemporaneidade, pela presença de contextos midiáticos, que constituem as interações entre tal órgão e cidadãos, como será visto no próximo capítulo.

---

<sup>28</sup> [Câmara adere à campanha “saúde dos rins & exame de creatinina para todos”](#)

<sup>29</sup> [Nefrologista esclarece detalhes sobre doenças renais na Tribuna Livre](#)

<sup>30</sup> [Tribuna Livre repercute ações da Emater e críticas ao transporte público](#)

## **Capítulo 2: Livre manifestação de públicos, comunicação organizacional e emergência das regionalidades: uma análise de contextos comunicacionais da Câmara Municipal de Ponte Nova - Minas Gerais**

### **RESUMO:**

O presente capítulo objetiva analisar como o Setor de Comunicação Social e Divulgação da Câmara Municipal de Ponte Nova - MG aproveita a participação de cidadãos em um espaço político-comunicacional-organizacional, a Tribuna Livre. Para isso, por meio da noção de comunicação organizacional, buscará analisar como a organização comunicada (Baldissera, 2009), aquela dimensão autorizada pelos gestores, reverbera a movimentação de cidadãos ponte-novenses, por meio da utilização desse espaço público - o que configura a organização comunicante (aquela resultante do encontro de ideias, de ações que mudam a ambiência comum do local). Foram realizadas duas análises: quantitativa e qualitativa, dos âmbitos: do processo legislativo e comunicacional. No âmbito comunicacional, foi notado que todas as participações foram veiculadas no site da instituição; no Facebook estas foram replicadas, mas sem as adaptações necessárias, utilizando apenas a linha fina da matéria e o link de direcionamento para o site. No Instagram, no período analisado foram produzidas 650 postagens, destas apenas 4 (0,6%) abordaram a Tribuna Livre. No entanto elas não abordaram de fato a participação, e sim possibilidades de uso e convites para o espaço. Sabendo disso, foi possível concluir que os públicos se movimentam, e por meio do diálogo, fazem emergir as regionalidades. No entanto, nem sempre essa movimentação é aproveitada de forma a contribuir com a justiça, a igualdade social e a democracia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação organizacional; regionalidades; Câmara Municipal; Tribuna Livre.

Comunicar pode ser definido como “agir em comum” ou “deixar agir o comum” – significa vincular, relacionar, concatenar, organizar ou deixar-se organizar pela dimensão constituinte” (Sodré, 2014). Sabendo disso, todas as instituições, empresas e pessoas se comunicam, seja lá de qual forma que se adapte a sua realidade. Instituições, empresas e figuras públicas utilizam da comunicação para interagir tanto com a população, quanto com outras instituições ou empresas.

Desta forma, este capítulo tem como objetivo compreender como a livre manifestação de públicos nos contextos de comunicação organizacional da CMPN é potencialmente capaz à

emergência de regionalidades, quais sejam determinadas demandas vivenciadas pelos sujeitos, que precisam ser atendidas pelo Poder Legislativo Municipal a fim de produzir cidadania, justiça, liberdade e democracia.

De modo específico, esta etapa visa compreender como essa manifestação de públicos reverbera junto aos espaços comunicacionais formais da CMPN, seja no âmbito do processo legislativo: na criação de Projetos de Lei (PLs), no envio de Requerimentos e Indicações; seja no âmbito comunicacional, por meio das ferramentas utilizadas pelo Setor de Comunicação Social e Divulgação: Facebook, Instagram, YouTube e site.

Para observar como ocorre a movimentação de públicos, ou seja, analisar os processos comunicacionais partindo de uma perspectiva singular, abordaremos o conceito de públicos (Henriques, 2017), que é semelhante à noção de interlocutores (Wolton, 2011). Ambos autores analisam a comunicação organizacional por perspectivas particulares.

Henriques (2017) define os públicos como passíveis de vulnerabilidade e empoderamento, tendo em vista que possuem interinfluências, pois se movimentam de mão dupla, ou seja, organizam-se para expor consensos e dissensos na sociedade.

Ao mesmo tempo em que se movimentam para expor algum tipo de consenso (entre seus membros e virtualmente na sociedade) também o fazem para expor um dissenso (posicionando-se numa controvérsia). (Henriques, 2017, p. 122)

Enquanto Wolton (2011) define no livro “Informar não é comunicar” que um processo comunicacional constrói sentidos e não ignora repertórios, experiências e características sociais, ou seja, no quesito subjetivo e individual.

O desafio é menos de compartilhar o que temos em comum do que aprender a administrar a diferença que nos separa, tanto no plano individual quanto no coletivo. Portanto, na comunicação, o mais simples tem a ver com as tecnologias e mensagens, enquanto o mais complicado tem a ver com os homens e as sociedades. (WOLTON, 2011, p. 12)

Podemos assim perceber que os públicos que se movimentam, seja para causarem consenso ou dissenso, seja para promoverem acontecimentos, tornam-se interlocutores no processo comunicacional, tanto de modo potencialmente intrínseco a eles mesmos (entre o grupo/coletivo), quanto a partir de interações estabelecidas entre as instituições e o grupo.

Nesse cenário, é interessante observar a perspectiva de Henriques (2007): os públicos podem se transformar em agentes essenciais e propulsores para os processos democráticos, como também sofrem vulnerabilidades, a depender do contextos - podendo ser ignorados, desconsiderados ou violentados, nas interações estabelecidas junto aos processos de comunicação organizacional.

A comunicação será observada na perspectiva da complexidade, conforme propõe Baldissera (2009), ou seja, como um processo de disputa de sentidos, no qual é possível observar a quem é direcionado, o que não é verbalizado e o que foi pautado. Sendo assim, o processo comunicativo será analisado, como um procedimento responsável por revelar e compreender contextos organizacionais. De forma que evidencie o que emerge e o que fica latente, tanto do ponto de vista de falas oficiais, quanto do ponto de vista dos públicos.

O conceito de comunicação organizacional de Baldissera (2009) define-se como um processo que se configura por três dimensões: organização comunicada, organização comunicante e a organização falada, como já foi apresentado no capítulo anterior. A título de rememoração, podemos, portanto, compreender a organização comunicada como as falas oficiais de um determinado contexto organizacional: revela-se como os discursos escolhidos e controlados pelas lógicas gestonárias na interação com seus públicos. A organização comunicante é a dimensão que indica as emergências entre públicos e processos gestores, no momento em que sentidos postos são atualizados pelos sujeitos, a partir de um processo de disputa. Por fim, a organização falada diz respeito aos modos como a organização se apresenta nas interações, de forma informal, e é composta por processos indiretos, distantes dos olhares e das práticas gestonárias.

A partir de tal noção, é possível problematizar como diálogos entre públicos e gestão acontecem junto aos cotidianos organizacionais. Para isso, mobilizamos a noção de diálogo de Marques e Mafra (2013) e Mafra e Marques (2015), em meio à qual os autores apostam na ideia de que o diálogo se torna uma instância em meio à qual públicos emergem e, em última análise, desejam ser considerados enquanto sujeitos políticos.

De modo mais específico, os autores tomam o diálogo como *locus* em meio ao qual são produzidas cenas polêmicas, tornando-se elemento fundante das comunidades políticas. Tais cenas evidenciam falhas na ordem interacional estabelecida pelas lógicas gestonárias e são expostas dissensualmente, apostando no diálogo como caminho possível para a busca por relações justas e democráticas. Quanto a isso, é interessante notar que tais cenas não carregam as lógicas racionalizantes e estratégicas semelhantes às lógicas gestonárias: emergem enquanto acontecimentos, estes que por sua vez, acarretam na afirmação dos sujeitos como participantes de um mundo comum.

Os autores ainda afirmam que as cenas de dissenso ocorrem em três tipos de ações: comunicativas, estéticas e políticas. Tais cenas corroboram com a ideia de experiência de Dewey (1980), qual sejam: fenômenos que se estabelecem por interações entre criaturas vivas e ambiente, e que, por sua vez, acabam colocando, na cena comunicativa dissensual: 1) algo

em comum; 2) algo que afeta; 3) produz-se enquanto gesto performado; 4) evidencia-se a partir da narrativa estabelecida por um drama; e 5) define e molda “os futuros”, sejam eles individuais ou coletivos.

Sendo assim, o diálogo, por meio de um drama, uma experiência, uma narrativa, provoca a emergência de públicos como sujeitos políticos, que podem moldar os futuros, individuais ou coletivos. Tal fenômeno pode ser verificado a partir de um recorte específico, sobretudo ao se buscar analisar os contextos das Câmaras Municipais: o marcador das regionalidades, como veremos a seguir.

Para compreender a noção de regionalidades, retomamos a noção de Milton Santos (1994), que nos auxilia a defini-la como sendo uma forma identitária de analisar regiões, pessoas, culturas e outras características específicas de determinados locais. A regionalidade observa os contrafluxos de outros ângulos, estes diferentes da regionalização (regiões delimitadas geograficamente) e do regionalismo (regiões em relação ao centro) (Pozenato, 2003).

Desta forma, em linhas gerais, a mobilização volta-se ao objetivo de compreender como a TL se apresenta como espaço em que regionalidades, ou seja, problemas ligados aos contextos identitários locais, emergem no ambiente comunicacional da CMPN.

Na vanguarda da definição de regionalidades enquanto fenômenos comunicacionais que emergem em contextos contemporâneos midiáticos, Mafra, Mourão e Procópio (2023) observam esse fenômeno como combustível propulsor de contrafluxos da diferença.

num contexto de fluxos, tomamos diferenças como as próprias regionalidades que emergem em contrafluxos como singularidades, fomentadoras de novas reivindicações de projetos de futuro, em espaços de experiência justapostos, intercambiados e possibilitados pela mediação - ainda que em simultaneidade com fluxos de totalização também presentes no contemporâneo. (Mafra, Mourão, Procópio, 2023, p. 12).

Os autores analisaram a regionalidade enquanto fenômeno heurístico, que permite a observação da emergência de contrafluxos singulares, resultantes de fluxos de totalidades. Estes enquanto resultados da divisão internacional do trabalho, que por sua vez contribui com o projeto moderno do progresso.

regionalidades emergem como fenômenos comunicacionais em contextos de mundialização: por elas, é possível apreender o dizer e o silenciar, o fazer ver e o fazer esconder como movimentos experienciais e discursivos que não apenas se referem circunscritamente a uma determinada região, mas, sobretudo, às interações tensas de tal região com um determinado espaço tomado como centro dessas interações, bem como com outras regiões postas também em referência de distanciamento ou de proximidade em relação a um espaço central. (Mafra, Mourão, Procópio, 2023, p. 7)

Por fim, para observar como os públicos se movimentam e como essa mobilização é aproveitada nos contextos legislativos comunicacionais da CMPN, fazendo emergir regionalidades que estavam latentes, pela perspectiva da comunicação organizacional, que permite o diálogo entre os munícipes e os órgãos públicos (em específico a instituição em análise, a CMPN), e, assim, ser possível ter uma percepção analítica da comunicação pública nos contextos da Tribuna Livre da CMPN, será analisada a gestão da comunicação do Setor de Comunicação Social e Divulgação.

Santos (1998) observa como o Estado, as empresas e as Organizações Não Governamentais (ONGs) colaboram para o desenvolvimento local, por meio da comunicação. Baseado no conceito de glocação<sup>31</sup> - semelhante à ideia de regionalidades - que é a junção da globalização com os aspectos regionais e locais. Cezar (2018) analisa como a comunicação governamental funciona como ferramenta na elaboração, organização e propulsão da administração pública e como um ponto de apoio para eficiência e para eficácia. Enquanto Jorge Duarte (2011) salienta que os governos devem ser propulsores de informações claras, e que a comunicação pública é a comunicação política acrescida da comunicação governamental.

A partir de tais reflexões, neste capítulo foi desenvolvida uma análise de contextos comunicacionais da CMPN. Estes foram divididos a partir de três categorias: I) leis, normas e regimentos, produzidos institucionalmente após participações na TL; II) o âmbito da própria assessoria de imprensa e; III) as redes sociais da assessoria de comunicação da Câmara como espaço de reverberação das emergências das regionalidades no contexto da TL. A análise dos contextos comunicacionais da CMPN pode ser compreendida a partir da figura a seguir:

---

<sup>31</sup> O professor Roland Robertson, da Universidade de Pittsburgh (EUA), usou essa expressão em uma conferência no Seminário Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização, no Rio de Janeiro. Cf FOLHA DE SÃO PAULO, em 1996.



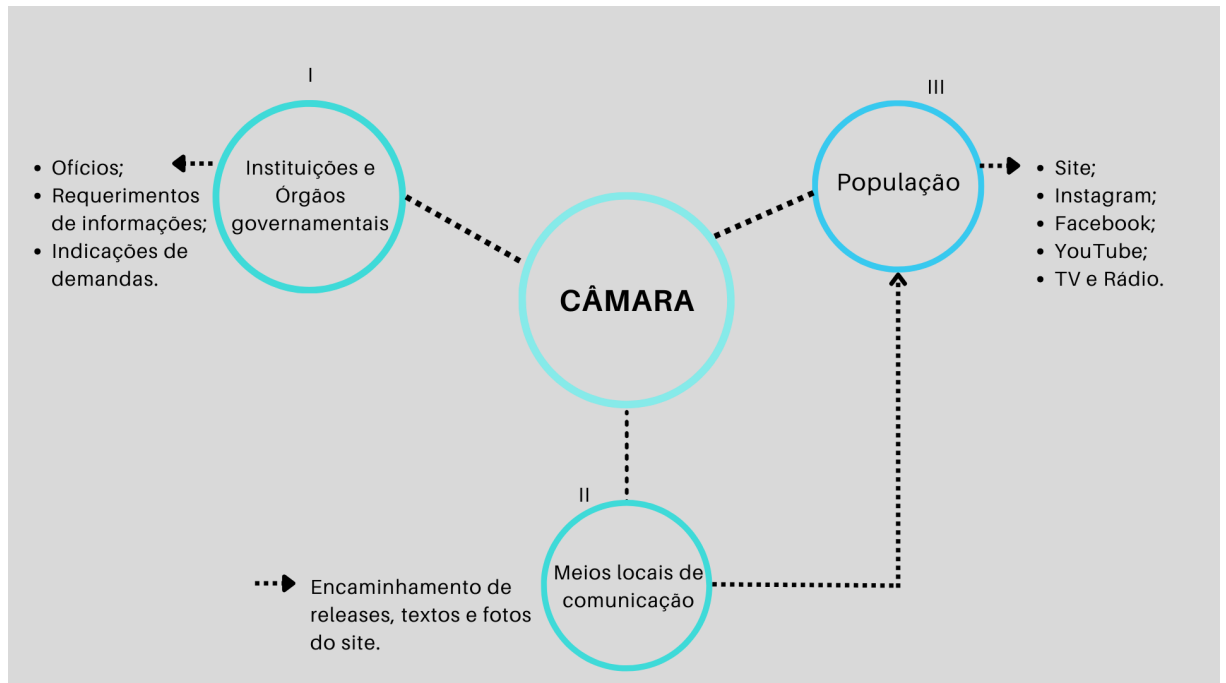
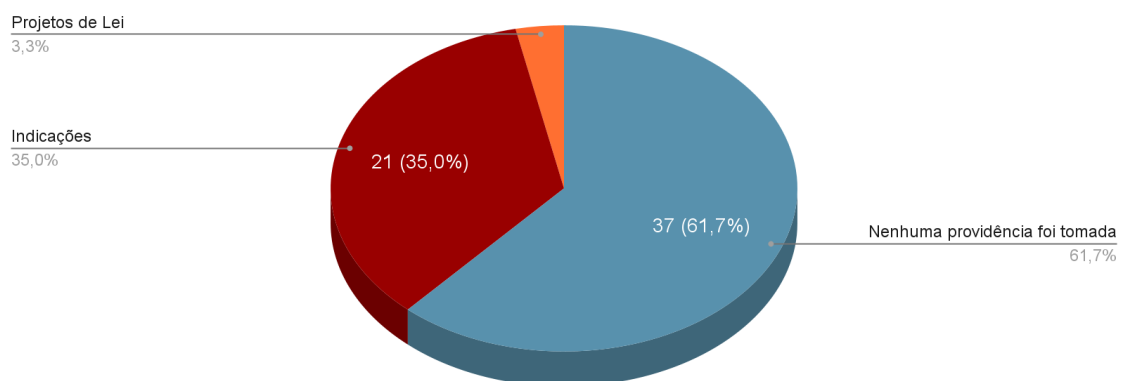


Figura 1: Contextos comunicacionais da CMPN; Fonte: Construção da Pesquisa, 2023.

De acordo com a figura anterior, no âmbito formal do processo legislativo (I), foi observado que, após participações na Tribuna Livre, 6 Indicações de solicitações foram encaminhadas ao Executivo, de forma a atender as demandas expostas pelos cidadãos. Sendo uma delas uma Indicação coletiva de 16 problemas expostos na Câmara Itinerante - atividade que leva uma Sessão Plenária para praças públicas. Desta forma, de 60 participações, foram encaminhadas 21 Indicações; e 2 se tornaram Projetos de Lei e, após sancionados pelo Prefeito, Leis Municipais, como exemplificado no gráfico V.

Gráfico V - Distribuição quantitativa das providências tomadas após as participações na Tribuna Livre.

Fonte: dados da pesquisa, 2023.



Os Projetos de Leis (PLs) construídos a partir de participações na Tribuna Livre foram: o PL do Legislativo nº [3/2023](#), que foi aprovado, e se tornou a Lei nº [4.671/2023](#) e institui no calendário oficial do Município o Dia Municipal do Ferroviário e a Semana Municipal da Memória Ferroviária; a partir da [participação do diretor do Núcleo de Preservação Ferroviária de Ponte Nova \(Ferropon\)](#), José Alfredo Padovani, no dia 29 de setembro de 2022. Na ocasião, o cidadão fez uma contextualização sobre o trabalho realizado pela Ferropon; salientou a importância da cidade para a malha ferroviária do sudeste brasileiro, sendo pontos em comum dos trilhos federais e a central do Brasil, e rememorou que a estação ferroviária do município foi inaugurada em 1886 por Dom Pedro II, enfatizando a importância de se discutir e preservar as memórias e as histórias dos locais. Após isso, como forma de preservar e resguardar a história do Município, ele sugeriu a criação de um museu ou um centro de memória, pois as ações realizadas pelo grupo são pontuais, devido à pequena quantidade de participantes.

Já em segundo momento, [o presidente do movimento Diversidade LGBTQIAP+ de Ponte Nova, Arthur Lourenço, utilizou a Tribuna Livre](#) para falar sobre o Projeto de Lei Karol Sanchez (Bombom) e reforçar o trabalho realizado pela instituição para/com as pessoas da comunidade LGBTQIAP+. Na ocasião, Arthur Lourenço contou sobre as atividades realizadas pelo movimento e a história de Karol Sanchez, uma travesti morta em Ponte Nova em 14 de junho de 2014, momento que iniciaram as articulações do movimento LGBTQIAP+ no município. Por isso, o texto do Projeto de Lei Karol Sanchez objetiva dar reconhecimento a essas pessoas. Após a utilização do cidadão, a vereadora Suellenn Fisioterapeuta (PV) propôs o Projeto de Lei (PL) do Legislativo nº [23/2022](#), denominado de Lei Karol Sanchez, que resultou na Lei nº [4.636/2022](#). Esta Lei estabelece por sua vez, após a sanção da matéria pelo prefeito, as autarquias e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, a obrigatoriedade na adoção do nome social da pessoa, de acordo com seu requerimento. As pessoas travestis, transexuais ou transgêneros agora podem solicitar, a qualquer momento, a inclusão do nome social em documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres.

A criação desses PLs evidencia como as participações da Tribuna Livre podem contribuir com função legislativa da CMPN, como constatado na primeira etapa dessa pesquisa. No entanto indica que de 60 participações, apenas 2 PLs foram criados, totalizando 3,33% - corroborando a ideia que os públicos se movimentam, mas não significa que eles

ganham forças, muitos públicos ainda estão em vulnerabilidade, como aponta Henriques (2017) e Baldissera (2023).

Além disso, as participações que resultaram na criação de PLs corroboram a ideia que os cidadãos que representam alguma das grandes instituições modernas, Estado, Mercado e Ciência (Mafra, 2021), e se adequam ao *self pontual* (Taylor, 1997), possuem mais visibilidade perante aos parlamentares. Alfredo Padovani<sup>32</sup> e Arthur Lourenço<sup>33</sup> já foram candidatos a vereadores, sendo assim, já possuem articulação política, e por isso por meio do diálogo com os parlamentares sugeriram propostas que se tornaram legislações.

O âmbito da assessoria de imprensa (II) não foi observado, tendo em vista que não foi possível adquirir os materiais necessários e não é um objetivo dessa pesquisa.

A CMPN adota no âmbito comunicacional (III) das redes sociais os formatos online: site, Facebook, Instagram e YouTube; radiofônico; televisivo; e impresso. Nessas plataformas comunicacionais, são veiculados: textos no site e em jornais impressos; vídeos no Instagram, Facebook, YouTube e na televisão ponte-novense; e áudios em rádios. Como ilustrado pela figura a seguir:

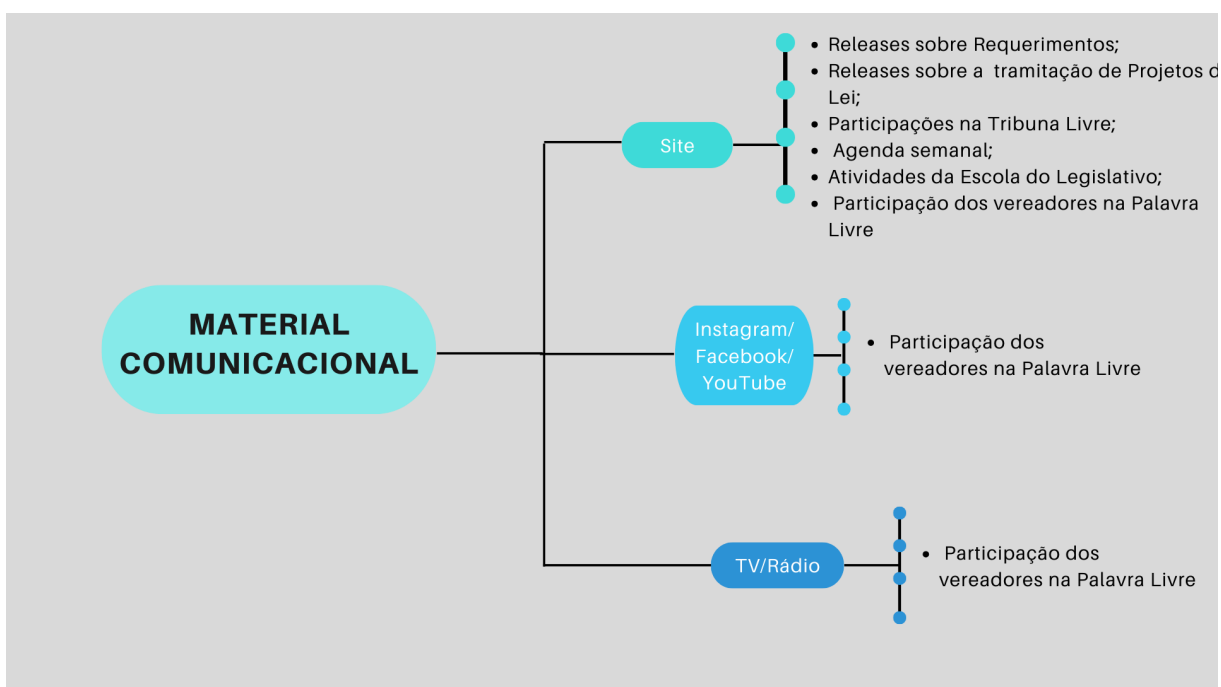


Figura 2: Distribuição dos conteúdos nos contextos comunicacionais da CMPN; Fonte: Construção da Pesquisa, 2023.

<sup>32</sup><https://www.diariocidade.com/mg/ponte-nova/eleicoes/2016/candidatos/vereador/alfredo-padovani-51555/>

<sup>33</sup><https://www.diariocidade.com/mg/ponte-nova/eleicoes/2016/candidatos/vereador/arthur-lourenco-90190/>

Por meio da Figura 2, é possível observar que todos os acontecimentos na Casa Legislativa ponte-novense: Requerimentos, chegada, tramitação e aprovação de Projetos de Lei, participações na Tribuna Livre, agenda de eventos e reuniões semanais, atividades da Escola do Legislativo e participação dos vereadores na Palavra Livre, são veiculados no [site](#), em formato de textos.

Nesse lugar, já possuímos resultados no capítulo anterior que evidenciam como a Tribuna Livre, tomada enquanto organização comunicante, coloca-se como espaço de emergências de públicos. Todavia, as participações neste espaço foram publicadas em redes sociais em momentos pontuais, demonstrando que não é com frequência que isso ocorre. E, de agora em diante, estamos investigando como os âmbitos formais da comunicação da CMPN aproveitam a emergência desses públicos, a partir da perspectiva das regionalidades

De todas as produções comunicacionais observadas, cabe destacar um material elaborado pela equipe: o “Minuto Legislativo”<sup>34</sup>, resultante da participação dos vereadores na Palavra Livre. Esta possui local especial, pois é a adaptação do conteúdo do texto em roteiros de vídeos de 1 minuto para a veiculação no Instagram, Facebook, e Youtube e na televisão e áudios, utilizados nas rádios<sup>35</sup>. Desta forma, apenas esse material é adaptado para convergir para as redes sociais, adequando o formato e a linguagem.

Cabe ressaltar aqui que estamos analisando o acesso à informação como um mecanismo que fortaleça a democracia, por meio de um espaço público comunicacional. Todavia, “há sujeitos que são silenciados nesses ambientes e outros que adentram o espaço do dizer, apropriando-se das variadas formas de estar e de se manifestar” (Baldissera, 2023).

Para observar o contexto midiático da CMPN, foram feitas duas análises quantitativas para observar a quantidade de reverberação em cada unidade comunicacional do âmbito III: site, Facebook, Instagram, YouTube, TV e rádio, dos dias compreendidos entre as datas [17/02/2022](#) a [18/05/2023](#)<sup>36</sup>. Foi possível perceber que todas as participações foram reverberadas no site e no Facebook. No entanto, no Facebook foi divulgada a linha fina<sup>37</sup> da matéria do site e o link direcionando para o material completo (Não queremos aqui definir se

---

<sup>34</sup> Minutos Legislativos são vídeos com duração de 1 minuto, que majoritariamente são realizados a partir da participação dos vereadores na Palavra Livre. A Palavra Livre é um espaço nas Reuniões Plenárias da Câmara Municipal de Ponte Nova reservado para os vereadores que utilizaram a Tribuna para verbalizar solicitações, críticas e denúncias.

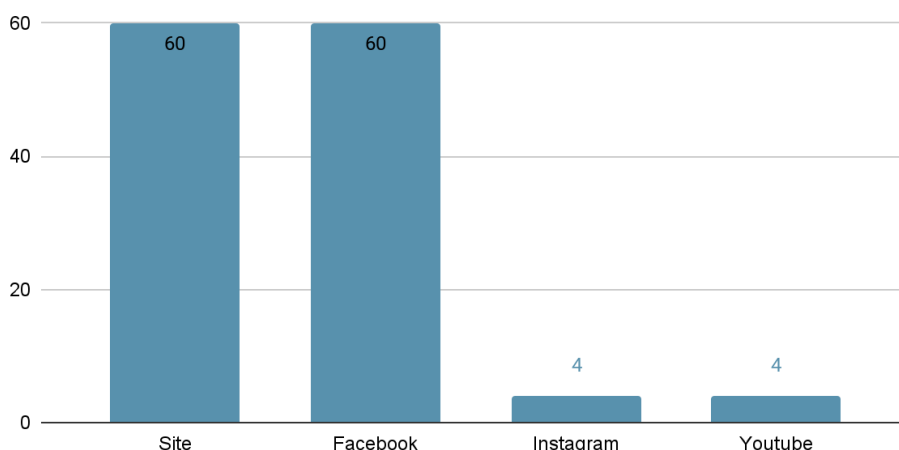
<sup>35</sup> Em casos onde não têm participações por parte dos vereadores, outros conteúdos são inseridos, como atividades da Escola do Legislativo e Audiências Públicas.

<sup>36</sup> Neste caso, TV e rádio não serão consideradas como assessoria de imprensa, porque o material é feito pela própria equipe de comunicação, e, inclusive, é o mesmo conteúdo alocado nas redes sociais.

<sup>37</sup> Também chamado de *sutiã*, a linha fina é um texto de apoio, posicionado abaixo do título de uma matéria jornalística, que apresenta informações de destaque da notícia ou reportagem, por exemplo.

a convergência foi realizada de forma correta e sim demonstrar quanto às participações na Tribuna Livre aparecem nessa rede social). Como consta na imagem abaixo.

Gráfico VI - Distribuição quantitativa da veiculação sobre a Tribuna Livre.



No Instagram e no YouTube, a Tribuna Livre foi comunicada apenas quatro vezes, e estas publicações não foram no sentido de demonstrar o assunto abordado, ou seja, as latências que emergiram, e sim com outras finalidades, que serão detalhadas a seguir.

No Instagram, no período analisado<sup>38</sup>, tiveram 650 publicações, dentre elas, apenas quatro foram sobre a Tribuna Livre. Nas quais duas<sup>39</sup> eram convites para o espaço durante o programa Câmara Itinerante; uma explicativa sobre as possíveis utilizações da Tribuna Livre<sup>40</sup>; e uma citando as participações durante o mês de fevereiro de 2023<sup>41</sup>. Desta forma, do total de publicações (650), 0,6% foi sobre a Tribuna Livre. Como ilustrado a seguir:

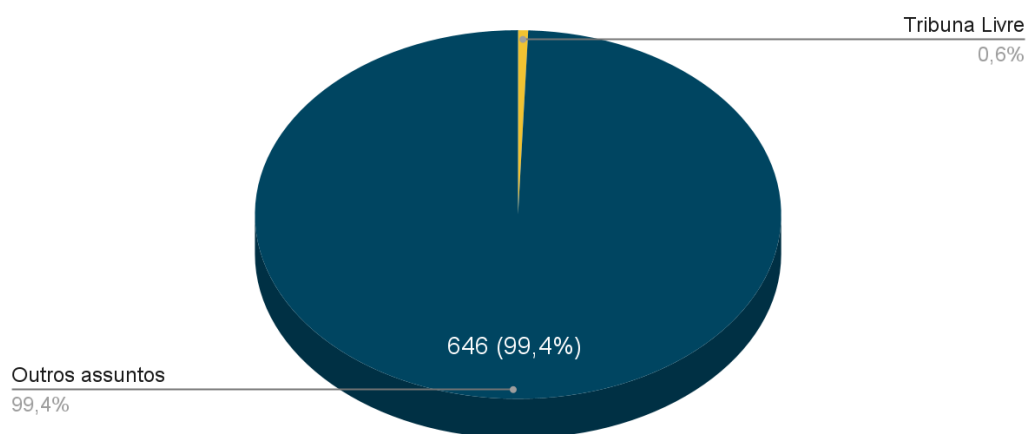
<sup>38</sup> Para que fosse possível observar o material empírico em questão, a óptica da análise foi estendida. O material foi observado até o dia 18/05/2023. No entanto, foram analisadas publicações até o dia 25/05/2023, tendo em vista o período médio de sete dias para a elaboração do material pela Divisão de Comunicação Social e Divulgação da CMPN.

<sup>39</sup> <https://www.instagram.com/p/CeBj-aur61b/> - <https://www.instagram.com/p/CeQ7aTNLO0y/>

<sup>40</sup> <https://www.instagram.com/p/CpvnXtSDD14/>

<sup>41</sup> <https://www.instagram.com/p/CpdeA84jH7y/>

Gráfico VII - Distribuição quantitativa dos temas das postagens no Instagram, após participações na Tribuna Livre, no período das análises.



Cabe ressaltar que foi observado que, de fato, as publicações sobre a Tribuna Livre, que poderiam aumentar a participação popular, ocorreram em escala minuciosa. Mas a CMPN elaborou, diversas vezes, chamadas para Audiências Públicas sobre vários temas<sup>42</sup>. Contudo, não é essa forma de participação popular que está sendo observada na presente pesquisa.

Por meio de uma análise de conteúdo, foi possível observar que as quatro publicações no Instagram, durante o período de análise, não falam de fato da eficácia desse espaço, elas somente publicizam a possibilidade de participação. Desta forma, os espaços de comunicação da Câmara não foram utilizados para fazer emergir as regionalidades nas redes sociais citadas.

Das quatro publicações do Instagram, apenas duas tiveram legendas, além das imagens (Imagens 5 e 6). Uma das que possuíam a descrição por texto da imagem, esta seria apenas um título, sem de fato dissecar e detalhar o assunto abordado (Imagem 6). Uma publicação, esta sobre o resumo mensal de fevereiro de 2023, possui legendas detalhadas e hashtags.

<sup>42</sup> Essa forma de participação popular serve para que as pessoas assistam e discutam juntamente com autoridades e especialistas sobre o assunto em questão.

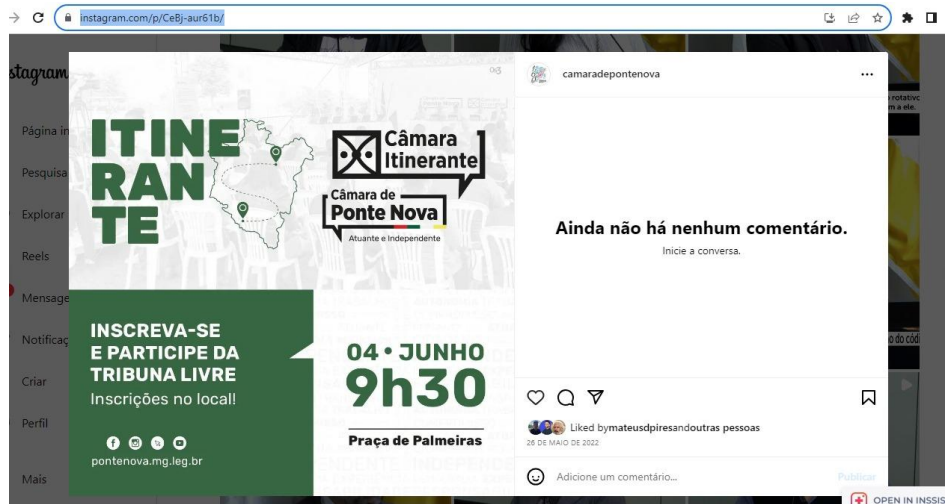


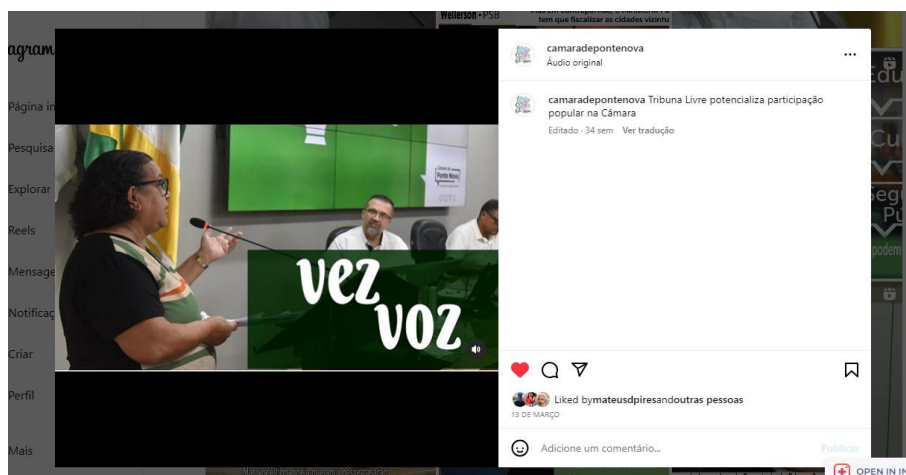
Imagem 3 - Postagem Instagram Tribuna Livre  
Fonte: Página do Instagram da CMPN, 2023.



Imagem 4 - Postagem Instagram Tribuna Livre  
Fonte: Página do Instagram da CMPN, 2023.



Imagem 5 - Postagem Instagram Tribuna Livre  
Fonte: Página do Instagram da CMPN, 2023.



*Imagem 6 - Postagem Instagram Tribuna Livre  
Fonte: Página do Instagram da CMPN, 2023.*

Para avaliar as latências que emergiram como regionalidades, também foi realizada uma análise de conteúdo, desta vez no site da instituição, como visto no primeiro capítulo. Estas foram categorizadas por: infraestrutura - que engloba problemas no trânsito, nas próprias vias, manutenções e limpeza -, iluminação pública<sup>43</sup>; prestação de serviços públicos<sup>44</sup>; saúde<sup>45</sup>; cultura<sup>46</sup>; direitos trabalhistas<sup>47</sup>; educação<sup>48</sup>; Parlamento Jovem<sup>49</sup>; igualdade de gênero<sup>50</sup>; meio ambiente<sup>51</sup>; militar<sup>52</sup>; impostos<sup>53</sup>; e demandas aglutinadas<sup>54</sup> (participações que abordaram mais de um item como: educação, saúde, infraestrutura e segurança pública), como demonstra o gráfico II. Tais categorias coincidem com as apresentadas no capítulo, no contexto em que procuramos categorizar as regionalidades emergentes. De acordo com a identidade regional, é preciso reforçar que as latências aqui evidenciadas foram consideradas regionalidades, ou seja, problemas característicos identitários e históricos de Ponte Nova.

<sup>43</sup> [Cidadã cobra por esclarecimentos sobre o transporte público na Tribuna Livre](#)

<sup>44</sup> [Tribuna Livre: chefe do Demutran esclarece dúvidas sobre transporte público](#)

<sup>45</sup> [Nefrologista esclarece detalhes sobre doenças renais na Tribuna Livre](#)

<sup>46</sup> [Revista com história de fazendas antigas de PN é apresentada na Câmara](#)

<sup>47</sup> [Professores ocupam o plenário da Câmara na luta por melhorias em piso salarial e plano de carreira](#)

<sup>48</sup> [Equipe do IFMG chega a semifinal de competição e apresenta projeto na Câmara](#)

<sup>49</sup> [Câmara lança Parlamento Jovem 2023 com recorde de escolas participantes](#)

<sup>50</sup> [Grupo de apoio a vítimas de violência e portadores de HIV é tema de Tribuna Livre](#)

<sup>51</sup> [Engenheiro detalha na Tribuna Livre projeto que altera áreas edificáveis em PN](#)

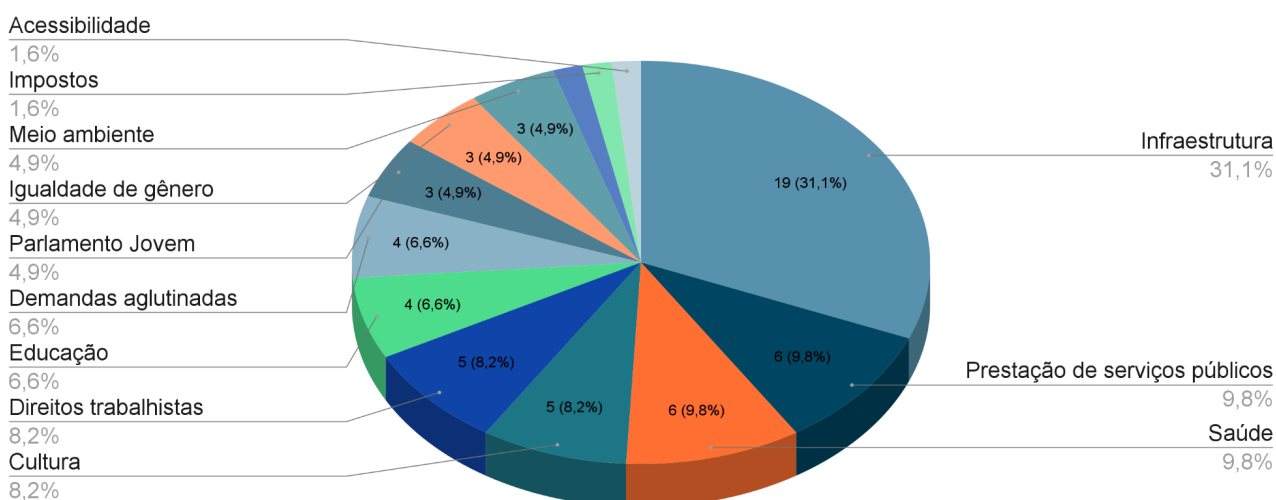
<sup>52</sup> [Comandante da Agência Nacional da Guarda Mirim pede apoio para atividades em PN](#)

<sup>53</sup> [Cidadão utiliza Tribuna Livre para questionar tarifas cobradas pelo Dmaes](#)

<sup>54</sup> [Na Tribuna Livre, cidadão fala sobre problemas recorrentes no município](#)



Gráfico II - Distribuição quantitativa dos tipos de participação na Tribuna Livre.  
 Fonte: Dados da pesquisa, 2023. Latências que emergiram após as participações



Desta forma, é possível perceber que a organização comunicada pode fomentar uma cultura no próprio âmbito institucional da CMPN de forma a valorizar as participações na Tribuna Livre; e possa forçar, de algum modo, a ordem imposta no próprio processo legislativo, a dar atenção na medida que os públicos também possam se movimentar nas redes sociais.

Então na medida que a Tribuna Livre ocupar espaços nas redes sociais os públicos podem ganhar forças frente aos danos e as falhas que eles evidenciam em seus contextos, em suas regionalidades, de forma que a comunicação possa “apreender o dizer e o silenciar, o fazer ver e o fazer esconder como movimentos experienciais e discursivos” (Mourão; Mafra, Procópio, p. 7, 2023).

Sendo assim, não foi possível compreender a emergência de diálogos - na medida em que a aparição, a aparência no contexto da Tribuna Livre não foi suficiente para instituir, ou considerar a emergência desses públicos enquanto sujeitos e agentes políticos capazes de influenciar o processo legislativo.



## **Considerações finais**

A presente pesquisa teve como objetivo observar como o espaço comunicacional-organizacional-político, a Tribuna Livre, da CMPN é propício à emergência das regionalidades que estavam latentes e como a movimentação dos públicos, ao participarem desse espaço, foi aproveitada nos meios de comunicação e para os processos legislativos.

Como metodologia, foi utilizado o paradigma indiciário de José Luis Braga (2008) e posteriormente foram feitos levantamentos quantitativos - que possibilitaram uma forma de ilustrar com dados a porcentagem dos resultados - e, posteriormente, análises de conteúdo - que tiveram a finalidade de categorizar as participações em alguns quesitos.

No primeiro item das análises (capítulo 1) foi possível observar que participações na Tribuna Livre de solicitações e reclamações evidenciam a função fiscalizatória do processo legislativo ponte-novense. Enquanto as participações que tiveram a finalidade de apresentar uma demanda e propor uma solução reforçaram a função legislativa da CMPN.

Em seguida, no capítulo 2, pudemos compreender que, do ponto de vista da criação de PLs após a participação popular na Tribuna Livre, a quantidade foi extremamente baixa, entendendo que apenas 3,33% foram aproveitadas. Isso indica que houve uma grande quantidade de participação, mas é preciso que o próprio processo legislativo da CMPN repense o modo como a Tribuna Livre pode ser utilizada na própria construção da política pública local, no que se refere ao processo legislativo.

Foi possível observar que quando o cidadão que utiliza esse espaço público e é representante/participante das instituições modernas, Estado, Mercado e Ciência (Mafra, 2021), essas participações possuem maior aproveitamento perante às atividades legislativas, sobretudo na função legislativa; tendo em vista que os dois PLs foram resultados de encontros dos parlamentares a públicos que já se movimentam e possuem uma certa força político-técnica-institucional-científica. Desta forma, grande parte do público presente, muitas vezes ao lançarem mão da linguagem no espaço de aparência, ainda parece estar em contextos de vulnerabilidades frente às suas reivindicações por cidadania, justiça e democracia.

Com relação ao âmbito das mídias comunicacionais da CMPN, foi possível observar que todas as participações na Tribuna Livre foram aproveitadas no site, de forma completa, e no Facebook, de forma a ser direcionada a material do site, sem adaptação à linguagem.

Enquanto que, no Instagram, foram apenas 4 reverberações que apareceram no período analisado entre 650 publicações. Estas que, de modo geral, mais fazem uma divulgação da Tribuna Livre, que de fato das participações, das emergências e do conteúdo em si.

Recomenda-se que para ampliação das possibilidades democráticas, de justiça e de cidadania, que o âmbito da organização comunicada possa aproveitar de forma mais efetiva essas participações. De modo a colaborar com o aprimoramento da política pública local da CMPN sobre as perspectivas das regionalidades.

A pesquisa reconhece, que do ponto de vista legislativo, ainda que esse espaço possa ser mais potencializado, existem avanços significativos e qualitativos em alguns setores da política pública local, a partir da emergência das regionalidades; e que aparecem em normativas publicamente disponibilizadas aos cidadãos - ainda que outros setores como transporte e infraestrutura, não sejam tão considerados. Entretanto, do ponto de vista das redes sociais, observa-se uma pouca reverberação da emergência das regionalidades que aparecem na Tribuna Livre, na medida em que o Setor de Comunicação Social e Divulgação, ao selecionar as informações, têm priorizado aspectos formais dos próprios parlamentares.

É possível observar que a Tribuna Livre é um espaço em que públicos se movimentam buscando proporcionar visibilidade às falhas que a gestão pública estabelece na interação com os mesmos. Falhas que precisam ser atendidas para que o processo baseado na democracia e na justiça social seja alcançado na relação entre Câmaras e cidadãos. Nesse sentido, é possível perceber que os públicos se movimentam na CMPN.

No caso do Setor de Comunicação Social e Divulgação da CMPN, podemos suspeitar que não é uma falta de sensibilidade por parte da equipe, mas sim um problema estrutural e de organização do trabalho. Ou seja, algum tipo de processo deve ser alterado, ou implementado, tendo em vista que a equipe já se sensibiliza em colocar o material no site. A questão é de gestão de organização da comunicação/informação, para que as participações reverberem em todos os nichos de comunicação da CMPN.

Por fim, cabe destacar também que a assessoria de comunicação da CMPN deve reverberar todas atividades do Poder Legislativo municipal ponte-novense, para ampliar as capacidades democráticas, tendo em vista que o Poder Legislativo municipal inclui os representantes que foram eleitos - os vereadores - e os cidadãos.

Para estudos possíveis baseados nesta análise, acredito que seja possível observar: I) Se existe um padrão para analisar e definir como as regionalidades emergem na organização comunicante de Câmaras Municipais; II) Como ocorre a emergência das regionalidades, por meio da organização comunicante em cidades do interior e como ocorrem em cidades maiores, como em capitais; e III) Se existe alguma relação entre as regionalidades no interior e em grandes centros urbanos, no sentido de entender é a relação esse fenômeno no interior e as periferias urbanas, baseadas em noções neoliberais de centro/periferia.

Além disso, existem outras latências que podem ser observadas nos contextos da CMPN. Durante as pesquisas realizadas para a elaboração desse trabalho de conclusão de curso, foram encontrados alguns dados: a primeira vereadora eleita foi em 1992<sup>55</sup>, ou seja, 129 anos após a inauguração da CMPN. Enquanto a primeira vez em que o Plenário de Ponte Nova conta com quatro vereadoras<sup>56</sup>, ocorreu neste ano após 160 anos da inauguração da Casa Legislativa. Desta forma, as latências na representação feminina no contexto da CMPN também podem ser analisadas em futuras pesquisas.

---

<sup>55</sup> <https://www.pontenova.mg.leg.br/institucional/historia>

<sup>56</sup> <https://www.pontenova.mg.leg.br/institucional/noticias/marilda-toma-posse-e-camara-tem-quatro-vereadoras-pela-primeira-vez>

## Referências Bibliográficas

ALVES, Luís Filipe Cardoso. A assessoria mediática na comunicação autárquica: o caso da Câmara Municipal de Proença-a-Nova e os media regionais. 2020. Tese de Doutoramento.

ARENDT, Hannah. As esferas pública e privada. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BALDISSERA, R. Comunicação Organizacional na perspectiva da complexidade. *Organicom*, [S. l.], v. 6, n. 10-11, p. 115-120, 2009. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2009.139013. Disponível em: [Link]. Acesso em: 6 jul. 2023.

BALDISSERA, Rudimar. O complexo pensamento da comunicação organizacional: sobre identidade, imagem-conceito e gestão de imagem da ciência e do SUS. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, pág. 190-205. 2023.

BARÃO, Ana Paula; BALEIRO, Rita; PEREIRA, Rosária. Criação de um instrumento promotor da melhoria do atendimento ao público na administração pública: O guia do colaborador. *Dos Algarves: Tourism, Hospitality & Management Journal*, n. 31, p. 52-69, 2018.

BERNARDES, Cristiane Brum. "Visibilidade Política E Controle Da Produção Jornalística Nos Veículos De Comunicação Da Câmara Dos Deputados." *Revista Brasileira De Ciência Política* 6.6 (2011): 151-82. Web.

BRAGA, José Luiz. O que é comunicação. *LÍBERO – São Paulo – v. 19, n. 38, p. 15-20, jul./dez. de 2016.*

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. *MATRIZES*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 73-88, 2008. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v1i2p73-88. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38193>. Acesso em: 21 dez. 2023.

COSTA, Cláudia Maria Pereira Da. "Influência Da Comunicação Municipal Na Imprensa Regional." *Comunicação E Sociedade (Braga.)* 8 (2012): 73-82. Web.

CEZAR, Layon Carlos. Reflexões sobre a comunicação em políticas públicas: proposta de um modelo de avaliação da comunicação governamental. *Revista de Administração Pública*, v. 52, p. 52-70, 2018.

CUNHA, Patrícia Pinheiro Matos Amaral. As relações públicas e comunicação de eventos online, o caso da Câmara Municipal da Covilhã. 2014. Tese de Doutorado. Universidade da Beira Interior (Portugal).

CUNHA, Tânia Luísa Gonçalves. O contributo da comunicação interna para a uniformização da identidade visual organizacional: o caso da Câmara Municipal de Celorico de Basto. 2021. Tese de Doutorado.

DAMASCENO, Marcelo Simões; DE FARIAS, Luiz Alberto Bezerra. A comunicação pública digital da Câmara Municipal de Itapevi no Facebook e as possibilidades de letramento político. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, v. 11, n. 22, p. 219-240, 2021.

DEWEY, John. *Experiência e natureza: Lógica: a teoria da investigação: A arte como experiência: Vida e educação: Teoria da vida moral*. Abril cultural, 1980.

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do (s) conceito (s) de comunicação pública. *Comunicação pública, sociedade e cidadania*, v. 1, p. 121-134, 2011.

DEWEY, John. *Experiência e natureza: Lógica: a teoria da investigação: A arte como experiência: Vida e educação: Teoria da vida moral*. Abril cultural, 1980.

FANECA, Mafalda Sofia Pereira. *Comunicação Autárquica no setor do Turismo: O caso da Câmara Municipal de Lisboa*. 2018. Tese de Doutorado.

FERNANDES, Sara Raquel Calisto. *A Comunicação de Crise na Câmara Municipal de Santa Comba Dão: Os Incêndios de 2017*. 2022. Tese de Doutorado.

FERREIRA, E. P. O espaço público e a cidadania: contribuições de Hannah Arendt. *Sapere Aude*, v. 8, n. 15, p. 211-226, 22 jul. 2017.

FIGUEROA, Julia Olivia Mendonça; SILVA, Mariana Faria de. Plano de assessoria de comunicação em redes sociais para a diretoria de comunicação da Câmara Municipal de Bauru. 2019.

GIL, Antônio Carlos et al. Fundamentos Científicos da gestão para o desenvolvimento da regionalidade. In: *Revista de Ciências da Administração*, v.14, n.35,p. 68-81, abr 2013

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Uma rápida emergência do" clima de latência". *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 11, p. 303-317, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, 2006.

HENRIQUES, Márcio Simeone. As organizações e a vida incerta dos públicos. Marques, A., Oliveira, I. de L., Lima, F.(Coords). *Comunicação Organizacional: vertentes conceituais e metodológicas*, v. 2, p. 119-129, 2017.

LIMA, Ana Sofia dos Santos Rei. *A Comunicação Política na Intervenção Cultural Autárquica: Estágio Realizado no Gabinete de Projectos Sócio-Culturais da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim*. 2013. Tese de Doutorado. Universidade do Porto (Portugal).

MAFRA, Rennan. As organizações modernas e contemporâneas: notas para uma leitura comunicacional do presente. *Logos: comunicação e universidade*. PPGCOM UERJ. Vol. 29. | nº1. 2021. p. 89-105.

MAFRA, Rennan Lanna Marques.; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Diálogo, Cenas De Dissidência E Públicos Como Evento Em Organizações. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, [S. l.], v. 11, n. 21, 2015.



MAFRA, Rennan Lanna Martins; GENEROSO, Isaura Mourão; PROCÓPIO, Mariana Ramalho. REGIONALIDADES COMO CONTRAFLUXOS DA DIFERENÇA EM CENÁRIOS MEDIATIZADOS CONTEMPORÂNEOS: o aparecer estético e discursivo na investigação de contextos organizacionais. In: ANAIS DO 32º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2023, São Paulo. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/regionalidades-como-contrafloxos-da-diferenca-em-cenarios-mediatizados-contempor?lang=pt-br> Acesso em: 23 nov. 2023.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MAFRA, Rennan Lanna. O diálogo, o acontecimento e a criação de cenas de dissenso em contextos organizacionais. Revista Dispositiva, v. 2, n. 2, p. 2-20, 2013.

MEDEIROS, Leticia Daniela Gonçalves et al. Transparência e interesse público: o trabalho de acesso à informação e comunicação pública na Câmara Municipal de Uberlândia-MG. 2021.

MENEZES, Daniela Santiago M.; RIBEIRO, Guilherme Wagner. A crise da representação política e a comunicação nos legislativos municipais: Experiências inovadoras da Câmara Municipal de Montes Claros. Anais do II Encontro da Compolítica, Universidade Federal de Belo Horizonte, 2007.

MOURA, Denise Aparecida Soares De. "Redes Associativas E De Comunicação Entre as Câmaras De Uma Capitania, São Paulo (século XVIII)." História Revista : Revista Do Departamento De História 21.1 (2016): 48-69. Web.

MOURÃO, Isaura; MAFRA, Rennan. Comunicação, contextos organizacionais e regionalidades. Dispositiva, v. 12, n. 21, p. 20-34, 2023.

NAJBERG, Estela. Abordagens sobre o processo de implementação de políticas públicas. Revista INTERFACE-UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506, v. 3, n. 2, 2006.

NOVECK, Beth Simone. "Crowdlaw: Inteligência Coletiva E Processos Legislativos." Esferas : Revista Interprogramas De Pós-graduação Em Comunicação Do Centro Oeste 14 (2019): 80. Web.

OLIVA, Eduardo Camargo; GIL, Antonio Carlos; SILVA, E. C. Desenvolvimento da Regionalidade: Novo Campo da Administração. XXXI Enanpad, Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, Evandro; SIMÕES, Mariana. A legitimidade através da comunicação no sector público: o caso da câmara municipal da Covilhã em tempos de Covid. Revista Internacional de Relaciones Públicas, v. 12, n. 23, p. 185-206, 2022. Paulo: Edições Loyola, 1997.

PEDROSO, Elson. Comunicação Pública Política: Campos Em Conflito. Repositorio.pucrs.br. Um Olhar A Partir Da Câmara Municipal De Porto Alegre. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10923/2093>>. Acesso em 14 maio 2023.

POZENATO, José Clemente. Algumas considerações sobre região e regionalidade. In: POZENATO, José Clemente. Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul: Educs, 2003.

RIBEIRO, Catarina Terraquente; SEBASTIÃO, Sónia Pedro. O Pacto Ecológico Europeu e a Comunicação Pública das Alterações Climáticas: Estudo de caso da Câmara Municipal de Lisboa. Media & Jornalismo, [S. l.], v. 23, n. 42, p. 125-145, 2023. DOI: 10.14195/2183-5462\_42\_7. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/12061>. Acesso em: 23 jun. 2023.

RIBEIRO, Guilherme Wagner. Informação, aprendizagem e inovação nas Câmaras Municipais de Minas Gerais. Belo Horizonte. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

SOUZA, Williams Andrade de. As câmaras municipais e suas medidas policiais para o “cuidado dos meninos” no Brasil oitocentista. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 32–50, 2016. DOI: 10.14295/rbhcs.v8i15.376. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10687>. Acesso em: 22 jun. 2023.

TAYLOR, Charles. As fontes do self: a construção da identidade moderna. Edições Loyola, 1997.

TREVISOL, Marcio Giusti. Verticalidade ou horizontalidade da informação; Estudo de caso do programa “Estúdio Santa Catarina da RBS”. *Vozes e Diálogo*, v. 11, n. 02, 2012.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 1994.

SANTOS, Maria Salett Tauk. Gestão da comunicação no desenvolvimento regional. *Comunicação & Educação*, [S. l.], n. 11, p. 29-34, 1998. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v0i11p29-34. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36337>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SILVA, João Luiz P.; MAFRA, Rennan Lanna Martins. A emergência de latências no Youtube: a experiência pública das ocupações secundaristas no Brasil. *Experiências, narrativas e histórias: percursos pós-críticos nas pesquisas educacionais*. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, v. 1, p. 276-298, 2020.

Sodré, Muniz. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional* / Muniz Sodré. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. Edições Loyola, 1997

WOLTON, Dominique. *Informar não é comunicar*. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2010.